UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – MESTRADO PROFISSIONAL

MARIA DO CARMELO MÉLO COUTINHO

PROGRAMA DE COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE: O CASO DA COOPERATIVA DE TRABALHADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (COTRAMARE)

JOÃO PESSOA
2017

MARIA DO CARMELO MÉLO COUTINHO

PROGRAMA DE COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE: O CASO DA COOPERATIVA DE TRABALHADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (COTRAMARE)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba - Linha de Pesquisa Políticas Públicas de Gestão e Avaliação - como requisito para obtenção do Grau de Mestre.

Orientadora: Profª Drª Eliana Monteiro Moreira

JOÃO PESSOA

2017

C871p Coutinho, Maria do Carmelo Mélo.
Programa de coleta seletiva solidária na Universidade Federal de Campina Grande: o caso da cooperativa de trabalhadores de materiais recicláveis (COTRAMARE) / Maria do Carmelo Mélo Coutinho.- João Pessoa, 2017.
114 f. : il.-

Orientadora: Profª. Drª. Eliana Monteiro Moreira.
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE

1. Meio Ambiente. 2. Coleta Seletiva. 3. Condições de Vida - Catadores. I. Título.

UFPB/BC CDU – 502(043)

MARIA DO CARMELO MÉLO COUTINHO

PROGRAMA DE COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE: O CASO DA COOPERATIVA DE TRABALHADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (COTRAMARE)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba - Linha de Pesquisa Políticas Públicas de Gestão e Avaliação - como requisito para obtenção do Grau de Mestre.

Aprovada em: 21/02/2017

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Eliana Monteiro Moreira
Orientadora

Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão
Titular Externo (PPGE/UFPB)

Profª Drª Maria da Salete Barboza de Farias
Titular Interno (MPPGAV)

AGRADECIMENTOS

Aos que fazem a COTRAMARE, pela significativa contribuição para esta pesquisa ao se deixarem entrevistar de modo tão natural, expondo suas vidas e seus pensamentos.

À minha família, pelo apoio incondicional nessa nova etapa da minha vida.

Aos dirigentes da UFCG, especialmente ao Professor Doutor Edilson Amorim pelo apoio aos servidores técnico-administrativos em sua caminhada por melhor qualificação.

À equipe do Programa de Coleta Seletiva Solidária, na pessoa da Professora Doutora Luiza Eugênia da Mota Rocha Cirne e da Zootecnista Eunice Villarim.

À Professora Nadege da Silva Dantas, Coordenadora de Extensão da UFCG, pela disponibilidade e liberação dos relatórios da PROBEX.

Aos servidores do Arquivo Geral da UFCG, pela atenção e pronto atendimento sempre que houve necessidade de consulta aos relatórios imprescindíveis à nossa pesquisa.

Aos que fazem a Secretaria de Serviços Urbanos de Campina Grande, especialmente o secretário Dr. Geraldo Nobre e a Técnica Ambiental Rafaela Oliveira pelas informações prestadas.

Aos que fazem o MPPGAV, em especial às Professoras Doutoras Maria da Salete Barboza de Farias e Adriana Valéria Santos Diniz pela brilhante atuação à frente da Coordenação do MPPGAV e a Rosilene Marinho, secretária, pelo carinho e dedicação com que sempre cuidou de cada detalhe para o perfeito funcionamento do Curso.

Finalmente, à Professora Doutora Eliana Monteiro Moreira pela orientação e valiosos conselhos tão importantes à consecução do nosso trabalho.

“[...] deve-se considerar que não há coisa mais difícil de lidar, nem mais duvidosa de conseguir, nem mais perigosa de manejar que chefiar o estabelecimento de uma nova ordem. Porque aquele que a introduz tem por inimigo todos os que se beneficiavam da antiga ordem e, por amigo, os fracos defensores que dela se beneficiaram [...]”

(Nicolau Maquiavel)

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de estudar como se deu a implantação do Programa de Coleta Seletiva Solidária na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com especial atenção de averiguar seus efeitos sobre as condições de vida dos catadores da Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis (COTRAMARE), beneficiários do material coletado pelo *Campus* I dessa Universidade. O enfoque dado à pesquisa foi, predominantemente qualitativo, possibilitando que os sujeitos expressassem, de forma livre e espontânea, suas opiniões e sentimentos, expressões de subjetividade que são de toda importância, assegurando, assim, o caráter qualitativo priorizado na abordagem. Com relação aos procedimentos técnicos, foram utilizadas pesquisas bibliográfica e documental e, como instrumento de coleta de dados, entrevistas semiestruturadas. A análise dos dados indicou melhoria nas condições de vida e de trabalho dos sujeitos envolvidos, mais integração entre eles, bem como valorização do trabalho coletivo e maior atenção para as questões ambientais.

Palavras-chave: Coleta Seletiva. Condições de vida. Meio ambiente.

RÉSUMÉ

Cette recherche a pour objectif d'étudier la mise en place du Programme de Collecte Sélective Solidaire à l'Université Fédérale de Campina Grande (UFCG) avec un regard particulier sur les effets de ce Programme sur les conditions de vie des ramasseurs de déchets solides membres de la Coopérative des Travailleurs de Matériaux Récyclables (COTRAMARE), bénéficiaires du matériau collecté au *Campus* I de l'Université. L'approche qualitative a été privilégiée assurant ainsi que les sujets expriment de façon libre et spontanée leurs avis et sentiments, manifestations de subjectivité qui s'avèrent de toute importance. En ce qui concerne les procédés techniques, on a procédé à des recherches bibliographique et documentaire, et comme instrument de collecte des données, des entretiens semi-structurés ont été réalisés. L'analyse des données a révélé une amélioration des conditions de vie et de travail des sujets concernés, une plus grande intégration entre eux, ainsi qu'une valorisation du travail collectif et une attention majeure portée aux questions environnementales.

Mots-clés : Collecte sélective. Conditions de vie. Environnement

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Entrega à COTRAMARE do material coletado na UFCG	48
Figura 2 -	Material coletado no *Campus* I sendo colocado em transporte cedido pela Prefeitura Universitária para entrega na COTRAMARE	48
Figura 3 -	Carrinho de coleta e espaço reservado no *Campus* I para armazenamento do material coletado	53
Figura 4 -	Coletores instalados nas dependências do *Campus* I	53
Figura 5 -	Coleta em condomínio	55
Figura 6 -	Caminhão da “Rede” coletando material doado por condomínio	56
Figura 7 -	Sede da COTRAMARE	60
Figura 8 -	Galpão da COTRAMARE	62
Figura 9 -	Trabalho de separação dificultado pela falta de espaço para armazenamento do material coletado.	63
Figura 10 -	Galpão completamente tomado pelo material coletado	66
Figura 11 -	Imagem do galpão em final de mês. Em primeiro plano, vemos a prensa e ao fundo, uma das catadoras trabalhando	68
Figura 12 -	Cooperada trabalhando na calçada da Cooperativa	68
Figura 13 -	Cooperado deixando a sede da COTRAMARE para realizar coleta porta a porta	71
Figura 14 -	Registro da superlotação do galpão da COTRAMARE	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Representação gráfica, em percentuais, da evolução do quantitativo de material reciclável coletado entre 2006 e 2015	49
Gráfico 2 -	Faixa etária	73
Gráfico 3 -	Condições de moradia	74
Gráfico 4 -	Grau de instrução	75
Gráfico 5 -	Trajetória ocupacional	76
Gráfico 6 -	Tempo de trabalho na Cooperativa	78

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

5Rs	Repensar, Reduzir, Recusar, Reutilizar, Reciclar
A3P	Agenda Ambiental da Administração Pública
ABAL	Associação Brasileira do Alumínio
ABRALATAS	Associação de Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade
ABVIDRO	Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRELPE	Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
ARENSA	Associação de Recicláveis Nossa Senhora Aparecida
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CATACAMPINA	Cooperativa de Trabalho dos/as Catadores e Catadoras de Campina Grande
CATAMAIS	Cooperativa de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis
CAVI	Centro de Arte em Vidro
CBO	Classificação Brasileira de Ocupação
CF	Constituição Federal
CIISC	Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COP	Conferência das Partes
COTRAMARE	Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis
CSS	Coleta Seletiva Solidária
DDT	Dicloro Difenil Tricloroetano
EA	Educação Ambiental
EPI	Equipamento de Proteção Individual

FACE	Faculdade de Ciências Econômicas
FACISA	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas
FEA	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
FIEP	Federação das Indústrias da Paraíba
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MISA	Museu Interativo do Semiárido
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCSS	Programa de Coleta Seletiva Solidária
PEV	Posto de Entrega Voluntária
PET	Polietileno Tereftalato
PGIRS	Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMC	Política Nacional sobre Mudança Climática
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PROBEX	Programa de Bolsas de Extensão
PVC	Policloreto de Polivinila
RDO	Resíduo Sólido Domiciliar
RELICI-PB	Rede Lixo e Cidadania da Paraíba
RSU	Resíduo Sólido Urbano
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SESI	Serviço Social da Indústria
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SUDEMA	Superintendência de Administração do Meio Ambiente
PET	Polietileno tereftalato
PVC	Policloreto de Vinila

TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UCSS	Unidade de Coleta Seletiva Solidária
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

1.1 PERCURSO METODOLÓGICO 19

1.1 ESTRUTURA DO TRABALHO 21

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 23

2.1 SUSTENTABILIDADE E RECICLAGEM 23

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL 36

3 O PROGRAMA DE COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE E A COOPERATIVA DE TRABALHADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (COTRAMARE) 44

3.1 O PROGRAMA DE COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA NA UFCG 44

3.1.1 Implantação e Funcionamento 44

3.1.2 Ações Desenvolvidas 50

3.2 A COOPERATIVA DE TRABALHADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (COTRAMARE): 59

3.2.1 Apresentação e Funcionamento 60

3.2.2 Caracterização dos Sujeitos 71

4 PERCEPÇÕES DOS CATADORES DA COTRAMARE 80

4.1 PERCEPÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE 80

4.2 PERCEPÇÃO SOBRE SUAS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO 86

4.3 PERCEPÇÃO SOBRE O PROGRAMA DE COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA DA UFCG 94

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 102

REFERÊNCIAS 105

APÊNDICE – Roteiro da entrevista 113

1 INTRODUÇÃO

A preservação do meio ambiente é, sem dúvida, um dos temas mais importantes e recorrentes da atualidade. O consumo desenfreado e o descaso com os resíduos gerados no dia a dia são problemas que atingem a todos e que vêm despertando, cada vez mais, a atenção dos grandes líderes mundiais para a busca de soluções que permitam um desenvolvimento sustentável.

As primeiras referências ao termo “desenvolvimento sustentável” surgiram em 1972, em Estocolmo, Suécia, quando da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano. Segundo dados da publicação eletrônica *em discussão!* do Senado Federal, em 1983, a Organização das Nações Unidas (ONU) indicou a então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, para chefiar a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento cujo objetivo era aprofundar propostas mundiais na área ambiental. Quatro anos depois, em 1987, a Comissão apresentou o documento “Nosso Futuro Comum”, mais conhecido como Relatório Brundtland, em que a expressão desenvolvimento sustentável foi assim caracterizada:

> Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. (BRASIL, 2012, p. 34),

Além do encontro de Estocolmo, outras conferências foram organizadas, nesses 44 anos, na tentativa de envolver mais governantes mundiais e alertar o mundo para o grave problema enfrentado por todos no que diz respeito ao mau uso dos recursos naturais. Apesar de ter havido mudanças no cuidado com o meio ambiente, sabemos que o desenvolvimento econômico continua sendo prioridade para a maioria das nações. Continuamos devastando nossas florestas, poluindo nossos rios, degradando o solo, acabando, assim, com a biodiversidade. Isso justifica a importância crescente do debate sobre desenvolvimento sustentável, no sentido de aprofundar pesquisas e elaborar ações para minimizar os problemas ambientais que o Planeta enfrenta.

Como podemos constatar no nosso dia a dia, o aumento populacional, o consumismo desenfreado, o desenvolvimento de novas tecnologias e as mudanças

dos hábitos alimentares - com o uso cada vez maior de produtos acondicionados em embalagens não reutilizáveis - têm provocado um grave problema mundial – a produção exagerada de resíduos sólidos[1] – que demanda a adoção de medidas públicas de proteção ambiental. Tais medidas têm um papel fundamental para a sobrevivência do Planeta, seja através de um trabalho de conscientização da população, da diminuição da geração de resíduos, do descarte correto e da reciclagem de produtos que ainda podem ser reaproveitados, seja através de ações de preservação do meio ambiente e de restauração das áreas devastadas e passíveis de recuperação.

Em seu texto Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: O Mundo na Encruzilhada da História, elaborado como contribuição à discussão preparatória da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizada em Joanesburgo, África do Sul, o professor Henrique Rattner[(2)] ressaltou:

> [...] a natureza dos nossos problemas ambientais e sociais não requer sofisticadas soluções de alta tecnologia, e sim, o uso mais racional de tecnologias ‘apropriadas’ existentes e de políticas empenhadas na redução do desperdício e do consumo conspícuo. (2002, p. 3).

Embora o Brasil tenha sediado duas Conferências Internacionais sobre o Meio Ambiente, a ECO-92 e a Rio+20, e participado das demais, realizadas na Suécia e na África do Sul, ainda estamos longe de encontrar uma solução para os nossos problemas ambientais.

A luta pela implementação de políticas públicas, regulamentando a gestão dos resíduos sólidos no Brasil teve início na década de 1990. Apesar dessas iniciativas só em 2010, foi aprovada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelecendo normas e diretrizes a serem cumpridas pelo governo, pelas empresas e pela sociedade. A grande maioria dos municípios, porém, não cumpre a legislação, embora a Constituição Federal (CF), promulgada em 1988, estabeleça, em seu Artigo 30, que os municípios são autônomos e capazes de legislar sobre

---

[1] Resíduo Sólido: Material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (PNRS)

[2] Professor da FAE da Universidade de São Paulo e membro da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças.

assuntos de interesse local, deduzindo-se, pois, que são responsáveis pelos serviços de limpeza urbana e por toda a gestão e manejo dos resíduos sólidos, desde a coleta até a sua disposição final. (BRASIL, 1988).

A publicação da nova lei recolocou, no centro das discussões, a necessidade das administrações municipais cumprirem essa determinação. Foi estabelecido, então, o prazo de 2 anos para que os municípios elaborassem um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), sob pena de não receberem recursos federais para a gestão desses resíduos.

Passados 6 anos da aprovação da PNRS, uma parcela dos brasileiros sequer tem seu resíduo sólido domiciliar (RDO) coletado, mais da metade dos municípios ainda despejam esses resíduos em lugares inadequados e a grande maioria não tem implantada a coleta seletiva do RDO. Esse fato, associado ao aumento do desemprego, leva milhares de pessoas que sobrevivem da cata de produtos descartados – os catadores – a continuarem exercendo suas atividades de maneira insalubre em lixões[3], tirando seu sustento desses resíduos que contêm material reciclável/reutilizável. Isso, não apenas porque vivem do material coletado que vendem para reciclagem, mas também porque é dos lixões que retiram comida, vestimenta e brinquedos para seus filhos. Além dos pais, as crianças, que, a princípio deveriam estar na escola, também participam das atividades de coleta desses materiais para ajudar na renda familiar. Elas perdem a infância e não têm perspectiva de um futuro melhor, uma vez que lhes é tirado o direito de acesso à educação e, consequentemente, a uma melhor qualidade de vida no futuro. Essa parcela da população, muitas vezes vítima de preconceito por parte da sociedade por estar associada ao trabalho de catação, deveria ser vista, preferencialmente, como colaboradora indireta para a solução do problema do descarte dos resíduos domésticos. Com o seu trabalho, ela reduz a quantidade de material a ser transportado para os lixões ou aterros sanitários pela companhia de limpeza urbana e, consequentemente, os custos com transporte e aterramento para esse fim. A valorização do catador é, portanto, fundamental para melhorar suas condições de vida, elevar sua autoestima e, ainda, evidenciar para a população a importância do seu trabalho, como mostram Ribeiro, Mendes e Matos (2012) ao referenciarem os catadores como:

---

[3] Área de disposição final de resíduos sólidos sem que tenha havido uma preparação prévia do solo.

> [...] atores históricos da gestão dos resíduos nas cidades e da cadeia produtiva da reciclagem que, por isso mesmo, merecem políticas públicas que venham a fortalecer seu perfil empreendedor e ecológico. (RIBEIRO; MENDES; MATOS, 2012, p. 56)

Nesse sentido, desde a década de 2000, o Governo Federal vem implementando políticas públicas que beneficiam diretamente os catadores, passando do assistencialismo para uma postura emancipatória. Dentre essas ações, destaca-se a regulamentação da profissão de catador de material reciclável pelo Ministério do Trabalho. Essa medida vem favorecendo o resgate de direitos fundamentais do cidadão, assegurados pela Constituição Federal.

Em 2003, foi criado o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo, com a finalidade de identificar suas necessidades e, a partir daí, promover ações visando à geração de renda e inclusão desses profissionais na sociedade. Posteriormente, com a criação do Programa Pró-Catador, esse comitê passou a ser denominado Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC).

Encerrando esse ciclo de ações, foi instituído, em 2006, o Decreto nº 5.940, determinando a obrigatoriedade da coleta seletiva em todas as instituições públicas federais e a doação do material reciclável a associações e/ou cooperativas de catadores devidamente habilitadas. A adoção da coleta seletiva solidária era uma estratégia que buscava promover uma gestão ambientalmente responsável no serviço público. Para o Ministério do Meio Ambiente (MMA), esse tipo de coleta visava à construção de uma

> [...] cultura institucional para um novo modelo de gestão de resíduos no âmbito da administração pública federal, direta e indireta, somada aos princípios e metas estabelecidos pela Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). (BRASIL, 2009, p. 52).

O cumprimento do Decreto é uma obrigação legal que deve ser observada por proporcionar benefícios socioambientais e contribuir para que o País cumpra os compromissos assumidos em Cúpulas e Convenções internacionais para redução da miséria e minimização dos problemas decorrentes das agressões ao meio ambiente. Faz-se, então, necessária uma avaliação das ações resultantes do cumprimento desse Decreto para que possamos verificar se ele vem respondendo aos objetivos elencados quando de sua instituição, no que se refere não apenas aos

benefícios sociais - geração de renda para os sujeitos beneficiados -, como também à possibilidade de mudança da visão socioambiental do servidor público federal.

Dentro dos princípios da sustentabilidade, teve início, na década de 1990, um programa de coleta seletiva no *Campus* II da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em Campina Grande - hoje Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - que, embora de pretensões modestas, foi importante tanto por ajudar os catadores do antigo lixão da cidade quanto por despertar, na comunidade acadêmica, a importância do respeito pelo meio ambiente. O caminho aberto naquele momento foi essencial para que os membros da comunidade acadêmica passassem de meros geradores a indivíduos corresponsáveis pelos resíduos produzidos e partícipes da mudança de vida de uma grande parte da população que vivia da catação e venda de resíduos recicláveis.

A Universidade Federal de Campina Grande surgiu no cenário educacional paraibano em 9 de abril de 2002, através do Decreto nº 10.419, fruto do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba. Com uma estrutura *multicampi*, formada, inicialmente, pelos *campi* de Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Sousa, a nova Universidade resgatou a posição de destaque que a cidade tinha como importante centro de ensino superior do Estado, quando abrigava a Escola Politécnica de Campina Grande e a Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) encampadas pela UFPB na década de 1970. Novos *campi* foram surgindo, ao longo dos seus 14 anos de existência, contemplando, desta feita, as regiões do Cariri e Curimataú, proporcionando, assim, desenvolvimento social, cultural e humano a essas regiões.

Os dirigentes da nova Universidade continuaram incentivando e apoiando o programa de coleta seletiva, o que culminou com a aprovação, em março de 2006, do projeto de extensão “Coleta e Caracterização dos Resíduos Sólidos Gerados na UFCG – *Campus* I: Sensibilização da Comunidade Acadêmica da Problemática Socioambiental”. Com a publicação do Decreto nº 5.940, em outubro do mesmo ano, instituindo a obrigatoriedade da doação dos materiais recicláveis descartados pelos órgãos da administração pública federal às associações e/ou cooperativas de catadores que trabalhavam com esses materiais, a UFCG apenas deu continuidade ao que já vinha sendo desenvolvido. O Programa passou então a ser denominado Programa de Coleta Seletiva Solidária (PCSS), tendo como beneficiária do material coletado, a Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis (COTRAMARE).

A importância da implementação de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade do Planeta e para a melhoria das condições de vida da população é inquestionável. É necessário, porém, verificar de que forma essas políticas vêm sendo aplicadas e se os objetivos pretendidos vêm se concretizando. Mesmo se tratando de ações tão importantes como a preservação do meio ambiente e a geração de trabalho e renda para os catadores, até o presente, nenhum estudo foi realizado, com relação à maneira como vem se dando a execução desse Programa de Coleta Seletiva Solidária nem a respeito de seus efeitos sobre os sujeitos que se ocupam da venda dos materiais descartados para a indústria de reciclagem. Como servidora da Instituição e cônscia da relevância dessas ações, fomos instigada à realização de um estudo acerca do Programa. Para sua efetivação, **alguns questionamentos** nortearam nossas inquietações: Como se deu o processo de implantação do Programa de Coleta Seletiva Solidária na Universidade Federal de Campina Grande? Quais as ações desenvolvidas por esse Programa e de que forma elas vêm incidindo sobre a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores por ele beneficiados e sobre o meio ambiente? Qual a contribuição da COTRAMARE para o aperfeiçoamento do Programa da UFCG? Como os trabalhadores percebem os efeitos desse Programa sobre o meio ambiente e sobre suas condições de vida e de trabalho? Até que ponto o trabalho na coleta seletiva torna o sujeito consciente de seu papel na minimização dos problemas ambientais?

Para responder a essas questões, formulamos os seguintes **objetivos**:

Objetivo Geral:

Analisar o processo de implantação do Programa de Coleta Seletiva Solidária na Universidade Federal de Campina Grande e sua influência sobre a melhoria das condições de vida e de trabalho dos membros da COTRAMARE

Objetivos Específicos:

1. Investigar a forma como se deu o processo de implantação do Programa de Coleta Seletiva Solidária na Universidade Federal de Campina Grande;

2. Identificar como os trabalhadores percebem os efeitos das ações do Programa sobre o meio ambiente e sobre suas condições de vida e de trabalho;

3. Conhecer demandas dos catadores que venham a incidir sobre a melhoria do Programa;

4. Apreender como os catadores veem seu papel na minimização dos problemas ambientais.

1.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Durante nosso trabalho, foram analisados alguns aspectos do Programa de Coleta Seletiva Solidária que serviram de subsídio para avaliarmos as ações desenvolvidas pelo Programa, as transformações pelas quais tem passado e, ainda, seus efeitos sobre a vida dos catadores da COTRAMARE.

Com relação aos procedimentos técnicos, utilizamos, como forma de coleta de dados, as pesquisas bibliográfica e documental sobre o debate acerca da sustentabilidade nos dias atuais e sobre a política ambiental brasileira nos últimos 40 anos. Fugiu do interesse deste estudo o aprofundamento de cada uma das leis elaboradas sobre essa questão e o seu cumprimento. A pesquisa documental nos proporcionou um maior conhecimento acerca do Programa da UFCG, o que possibilitou o acompanhamento do trabalho desenvolvido, desde a sua implantação, e das transformações pelas quais tem passado o Programa ao longo dos anos. Foram utilizados relatórios, fotografias e documentos oficiais de forma a permitir uma maior fundamentação para a nossa pesquisa. Fizemos, ainda, um estudo sobre a criação da Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis e o que ela representava para a melhoria das condições de vida e de trabalho de seus cooperados. As informações referentes à fundação da Cooperativa e demais dados necessários à nossa pesquisa foram obtidos através de entrevistas com membros da Diretoria e de informações constantes nos relatórios do Programa. Com o objetivo de coletarmos dados sobre os possíveis benefícios da coleta seletiva

solidária para a vida dos catadores e sua percepção a esse respeito, utilizamos, como instrumento de coleta de dados, entrevistas semiestruturadas de forma a obter informações emanadas dos próprios sujeitos. É importante ressaltar que as questões que compuseram as entrevistas foram submetidas ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da UFPB, como preconiza a Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, tendo a pesquisa sido aprovada conforme Protocolo nº 0602/16.

O enfoque da nossa pesquisa foi, predominantemente, qualitativo, dando espaço para que os sujeitos informantes colocassem seus pontos de vista e suas expectativas, dimensões subjetivas que nos foram de enorme valia para alcançarmos nosso objetivo. Além de entrevistas, realizamos visitas à COTRAMARE, ocasião em que tivemos a oportunidade de acompanhar os catadores em sua rotina de trabalho, obtendo, dessa forma, informações complementares que respondessem aos nossos questionamentos. Vale salientar que, embora se tratando de uma abordagem qualitativa, tivemos o cuidado de manter uma postura isenta como preconizam Prodanov e Freitas (2013), não obstante o contato direto com o ambiente e o objeto de estudo.

Apesar das primeiras ações de coleta seletiva de resíduos sólidos na Universidade Federal de Campina Grande terem sido iniciadas na década de 1990, como falamos anteriormente, nossa pesquisa teve como recorte temporal os anos de 2006 a 2015, período que julgamos ser suficiente para observarmos se as ações desenvolvidas em cumprimento ao Decreto exerceram, de fato, impacto sobre a vida dos que compunham a COTRAMARE.

Embora a presente pesquisa tivesse por objetivo acompanhar a maneira como o Programa de Coleta Seletiva Solidária vem sendo desenvolvido ao longo dos anos e, ainda, as transformações pelas quais tem passado, como referenciado anteriormente, o foco principal foi a análise dos efeitos sociais do referido Programa sobre a vida dos catadores. Procuramos observar se essa Política Pública tinha cumprido o seu papel junto a esses trabalhadores e se ela tinha proporcionado mudanças em suas vidas. Para tanto, avaliamos como os sujeitos atendidos pelo Programa viam os possíveis benefícios obtidos, como eles apreendiam seu papel de protagonistas de ações ambientais e quais ações do Programa tinham, efetivamente, produzido melhorias na qualidade de vida desses sujeitos a partir dessa nova fonte de renda.

Durante alguns meses, mantivemos contato com os que integravam a COTRAMARE no intuito de conhecer a rotina de trabalho dos cooperados e como forma de buscar aproximação entre entrevistados e entrevistador, ações tão importantes para a realização de um trabalho dessa natureza. Apresentamos para os membros da Cooperativa os objetivos da nossa pesquisa, ao tempo em que solicitamos a colaboração de todos para a realização de entrevistas que versariam sobre questões de seu dia a dia, rotina de trabalho, condições de vida, entre outras. Todos foram bastante receptivos. Na ocasião, foram feitas observações diretas dos catadores, além de registro fotográfico do seu cotidiano.

Todas as entrevistas foram realizadas na sede da COTRAMARE, tendo sido entrevistados, inicialmente, como forma de pré-teste, 3 cooperados. Tínhamos por objetivo avaliar o nível das perguntas e identificar as que melhor responderiam aos nossos questionamentos, permitindo, dessa forma, colher informações que, realmente, revelassem a realidade de vida daquelas pessoas. Após ajustes em algumas perguntas, procedemos à realização das entrevistas com os demais cooperados nos meses de outubro e novembro de 2016. Durante esse período, tivemos a oportunidade de interagir melhor com eles, buscando sempre deixá-los à vontade para que se expressassem de forma espontânea. Embora houvesse 20 cooperados na COTRAMARE, fomos informados de que apenas 13 estavam efetivamente trabalhando na Cooperativa. O motivo e o caráter do afastamento dos demais não nos foram informados. A pesquisa foi realizada com 12 catadores - 6 homens e 6 mulheres - uma vez que um deles não concordou em conceder entrevista. De acordo com os colegas, esse comportamento se repetia sempre que algum trabalho do gênero era realizado na Cooperativa. Como forma de preservar suas identidades, foi acordado com os cooperados que seus nomes seriam substituídos por nomes fictícios.

1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho se compõe de 5 capítulos. O capítulo introdutório aborda a problematização do nosso objeto de estudo, nossos questionamentos, os objetivos almejados e a metodologia adotada. O capítulo seguinte consiste em uma breve apresentação a respeito das políticas públicas de proteção ambiental e do debate sobre desenvolvimento sustentável, incluindo aspectos da reciclagem no Brasil. O

terceiro, discorre sobre o Programa de Coleta Seletiva Solidária da Universidade Federal de Campina Grande e sobre a Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis. O quarto capítulo trata da análise e discussão dos resultados obtidos através das entrevistas e o quinto, enfim, contempla as considerações finais acerca da pesquisa. Após esse último capítulo, são apresentadas as referências utilizadas nesta pesquisa e um apêndice.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para situar melhor as questões que nortearam nosso interesse de estudo, achamos pertinente fazer uma breve apresentação sobre sustentabilidade, reciclagem e as políticas públicas instituídas em nosso país em busca de soluções para os problemas ambientais. Este capítulo se volta para essa discussão.

2.1 SUSTENTABILIDADE E RECICLAGEM

Embora desde as primeiras aglomerações humanas, o homem tenha retirado da terra tudo o que era necessário para a sua sobrevivência, sem que houvesse um cuidado com o que poderia decorrer dessas ações, apenas a partir do século XVIII, as agressões ao meio ambiente se intensificaram. Efetivamente, com o advento da Revolução Industrial, adotaram-se o uso das máquinas a vapor e uma nova forma de produção que, antes artesanal, passou a ser feita em larga escala. Inúmeras foram as mudanças decorrentes da Revolução Industrial, destacando-se, entre outras, a redução dos preços dos alimentos, a melhoria das condições de vida da população, a alteração do tipo de energia utilizada, o aumento da frota de veículos. Teve início, então, uma grande transformação na vida do homem e nos seus hábitos, desencadeando um aumento significativo do consumo. Juntamente com essa melhoria das condições de vida e de saúde da população vieram, em contrapartida, as agressões ambientais em larga escala. Segundo Peçanha *et al*.,

> Durante muitos anos, o desenvolvimento econômico decorrente da Revolução Industrial impediu que os problemas ambientais fossem considerados com a devida importância. Embora a poluição e os impactos ambientais do desenvolvimento desordenado fossem visíveis, os benefícios proporcionados pelo progresso sempre foram usados como justificativa para manutenção desse modelo em detrimento da atenção às questões ambientais. (PEÇANHA *et al*., 2015, p.106).

O encantamento com o desenvolvimento advindo da Revolução Industrial contribuiu para que os países não se dessem conta da gravidade das consequências ambientais dessas mudanças. Talvez isso tenha ocorrido porque este tema não teve a devida atenção, na época, ou porque o que importava, realmente, era o progresso, o crescimento econômico. Na ânsia de aumentar a

produção e alcançar um alto grau de desenvolvimento, o homem negligenciou a possibilidade de finitude dos recursos naturais. Por muitos anos, agiu de forma desastrosa, irresponsável, contaminando solo, água e ar sem que isso despertasse a sua consciência para os danos causados ao meio ambiente e à sua saúde, afetando, diretamente, sua qualidade de vida.

Leonardo Boff[4] (2014), um dos grandes estudiosos das questões ambientais em nosso país, corrobora essa hipótese ao afirmar que a consolidação da Revolução Industrial levou à mudança de uma economia de mercado para uma sociedade de mercado, promovendo, dessa forma,

> [...] uma iníqua *injustiça ecológica*.[5] No afã de acumular, foram explorados de forma predatória bens e recursos da natureza, [...] sem qualquer outra consideração ética, sanitária ou social. (BOFF, 2014, p. 11).

Com as consequências do uso da bomba atômica, a humanidade pareceu despertar para o que estava sendo praticado contra a Terra. Apesar de, na época, ainda não haver o que chamamos de “consciência ecológica”, a chuva ácida - decorrente de derivados químicos lançados ao meio ambiente - e a ameaça nuclear fizeram o homem refletir sobre a necessidade de mudar sua postura em relação a essa questão.

Diante desse quadro, na tentativa de encontrar soluções para os crescentes problemas ambientais, a ONU convocou em 1968, em sua Assembleia Geral, líderes mundiais dos países desenvolvidos e em desenvolvimento para participarem da Conferência sobre o Meio Ambiente Humano com o objetivo de encontrarem uma forma de enfrentamento a esses problemas e, principalmente, unir forças na promoção de um crescimento que possibilitasse aliar o desenvolvimento à sustentabilidade. Contudo, essa Conferência só veio a acontecer 4 anos depois, na cidade de Estocolmo, Suécia, contando com a presença de 113 nações e 250 Organizações não Governamentais (ONGs). Durante o evento, foram discutidas as sérias ameaças sofridas pelo Planeta em decorrência das ações indevidas do homem, colocando em risco o bem estar da população mundial e a sobrevivência das espécies.

---

[4] Representante da América Latina na elaboração da *Carta da Terra,* documento que indica o caminho a ser seguido para a sustentabilidade.
[5] Grifo do autor.

A publicação do livro Primavera Silenciosa da bióloga marinha Rachel Carson, em 1967[6], e o relatório Os Limites do Crescimento - elaborado em 1972 pelo Clube de Roma,[7] alertando sobre a necessidade de se conter o crescimento econômico e populacional, sob pena de a devastação ambiental ficar fora de controle - serviram de alerta para a necessidade de os países buscarem soluções que propiciassem o desenvolvimento econômico aliado ao respeito ao meio ambiente. Segundo Machado, Santos e Souza (2006), o relatório

> [...] produziu os primeiros estudos científicos, a respeito da preservação ambiental, identificando quatro grandes problemas a serem solucionados para a manutenção da sustentabilidade: o controle do crescimento populacional, controle do crescimento industrial, insuficiência de produção de alimentos e o esgotamento dos recursos naturais. (MACHADO; SANTOS; SOUSA, 2006, p. 124)

O registro fotográfico feito pelos astronautas americanos, quando de sua ida à lua, mostrando ao mundo a beleza da Terra, também sensibilizou os homens para a fragilidade de nosso planeta levando-os a considerarem

> [...[o fato de que vivemos em uma única Terra - um ecossistema frágil e interdependente. E a responsabilidade de proteger a saúde e o bem estar desse ecossistema começou a surgir na consciência coletiva do mundo. (ONU, 2015).

O homem se deu conta, então, da necessidade de repensar o seu conceito de desenvolvimento centrado apenas no crescimento econômico, passando a se preocupar com os danos que esse tipo de crescimento provocava ao meio ambiente, comprometendo o futuro da humanidade. Ele percebeu que suas atitudes negativas em relação a essa questão traziam consequências diretas à sua vida e ao seu bem-estar. Essa mudança de paradigma culminou com o início dos movimentos ambientalistas internacionais.

Segundo Piga e Mansano (2015), a publicação do livro de Carson e o relatório do Clube de Roma em datas próximas à da realização da 1ª Conferência Internacional sobre Sustentabilidade sinalizavam “[...] para a assimilação, por parte

---

[6] O livro revelou ao mundo o perigo do uso de DDT (Dicloro Difenil Tricloroetano), pesticida utilizado em larga escala que causava sérios problemas aos seres humanos

[7] Grupo de profissionais de vários países e diferentes áreas de conhecimento que se reuniram para debater suas preocupações com o crescimento econômico e o consumo de recursos naturais.

da comunidade acadêmica e científica, da preocupação ambiental denunciada por essas obras.” (PIGA; MANSANO, 2015, p. 178).

Com efeito, a partir de então, o meio ambiente passou a ser visto como assunto de relevância internacional, possibilitando, assim, que fossem discutidos temas como: poluição, uso racional de recursos naturais, crescimento populacional, entre outros.

Um fato marcante durante os trabalhos foi a divergência entre os países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento quanto às ações a serem adotadas no tocante à minimização dos danos ao meio ambiente. Enquanto aqueles defenderam uma diminuição da atividade industrial, como forma de reduzir a poluição, estes alegaram que não podiam diminuir a produção porque isso traria redução de crescimento e afetaria a situação socioeconômica da população. Na opinião dos representantes dos países em desenvolvimento, as nações desenvolvidas defendiam essa tese por já terem alcançado desenvolvimento econômico e social satisfatórios podendo, portanto, diminuir o ritmo de crescimento.

A Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, representou um marco na defesa do meio ambiente. O mundo começou a se voltar, doravante, para as questões ambientais e a perceber a urgência da união de todos, indistintamente, para os cuidados com a Terra. Em seu parágrafo 6, a Declaração de Estocolmo diz:

> Chegamos a um ponto na História em que devemos moldar nossas ações em todo o mundo, com maior atenção para as consequências ambientais. Através da ignorância ou da indiferença podemos causar danos maciços e irreversíveis ao meio ambiente, do qual nossa vida e bem-estar dependem. Por outro lado, através do maior conhecimento e de ações mais sábias, podemos conquistar uma vida melhor para nós e para a posteridade, com um meio ambiente em sintonia com as necessidades e esperanças humanas [...] (1972).

Segundo a ONU (2015), a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano - documento final da Conferência, abordando a importância e a necessidade de “inspirar e guiar os povos do mundo para a preservação e a melhoria do ambiente humano”-, serviu de base para a elaboração de uma Agenda Ambiental do Sistema das Nações Unidas.

Embora tenha havido consenso quanto à urgência de uma mudança na forma de crescimento, através da utilização de recursos naturais com parcimônia, os resultados não foram os esperados. Entre os anos de 1976 e 2002, o mundo assistiu

a grandes desastres[8] ambientais que atingiram a maioria dos continentes, todos de origem antropogênica, ou seja, resultantes da ação do homem. (SEIFFERT, 2014, p 9-10).

Aos poucos, passamos a perceber que as catástrofes ambientais atingiam a todos, independentemente do grau de desenvolvimento e da localização geográfica. Os países em desenvolvimento, pela falta de infraestrutura e pelas condições socioeconômicas da população eram os mais afetados. Isso, porém, não significava que os países desenvolvidos não contabilizassem, também, as consequências do mau uso dos recursos naturais.

Outros eventos vêm sendo realizados, ao longo das últimas décadas, numa tentativa de diminuir as agressões ao meio ambiente e de chegar a um consenso sobre a melhor forma de alcançar o desenvolvimento sustentável. O Quadro 1, elaborado a partir de informações obtidas em documentos da Organização das Nações Unidas e do Ministério do Meio Ambiente, contém um resumo de fatos marcantes que produziram avanços nesse sentido.

Quadro 1- Principais acontecimentos mundiais em defesa do meio ambiente e sua relevância

ACONTECIMENTO	ANO	RELEVÂNCIA
Criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)	1972	Acompanhamento de questões ambientais como catástrofes, mudanças climáticas, gestão de ecossistemas, etc.
Publicação do relatório “Nosso Futuro Comum”	1987	Definição do termo “desenvolvimento sustentável”
Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD)	1992	Criação da Agenda 21, compromisso assumido pelos países participantes, definindo as bases para um desenvolvimento sustentável.
Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas	1992	Controle da concentração de gases de efeito estufa

[8] Liberação de uma nuvem de dioxina (Tetracloro Dibenzeno Dioxina – TCDD), em Seveso, Itália (1976); Vazamento de 25 toneladas de isocionato de metila, em Bhopal, Índia (1984); Explosão do reator da Usina de Chernobyl, Ucrânia (1986); Derramamento de 30 toneladas de pesticidas no rio Reno, Basiléia, Suíça (1986); Acidente com o Césio 157, Goiânia, Brasil (1987); Vazamento de 44 milhões de litros e petróleo no Alaska, Estados Unidos (1989); Vazamento de 1,3 milhões de litros de óleo na Baía da Guanabara, Brasil (2000); Derramamento de cerca de 4 milhões de litros de óleo bruto em São Francisco do Sul, Santa Catarina, Brasil (2000); Derramamento de 20 mil toneladas de óleo no litoral da Galícia, Espanha (2002).

Primeira Conferência das Partes da Convenção Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas (COPs)	1995	Acompanhamento dos níveis de emissão de gases de efeito estufa.
Protocolo de Quioto, mais conhecida COP	1997	Proposta de redução da emissão de gases de efeito estufa.
Fórum Rio+5	1997	Reiteração dos compromissos assumidos na Rio-92 - “Declaração de Compromisso” (Documento final)
Cúpula do Milênio	2000	Criação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs)
Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável	2002	Acompanhamento da observância das metas da Agenda 21.
Conferência Rio+20	2012	Reconhecimento da pobreza como maior desafio a ser combatido
Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável	2015	Criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
Conferência das Partes – COP-21	2015	Compromisso para adoção de medidas que impeçam a elevação da temperatura da Terra acima de 1,5ºC.

Fonte: ONU e MMA, 2016

Dentre esses fatos, destacamos o relatório “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, tendo em vista que nele foi apresentado, pela primeira vez, o que seria um desenvolvimento com sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável foi, então, definido como sendo “aquele que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas necessidades e aspirações”.

Leonardo Boff (2014) considera pouco abrangente essa definição. Para o autor, esse conceito tem duas limitações: “é antropocêntrico (só considera o ser humano) e nada diz sobre a comunidade de vida (outros seres vivos que também usam a biosfera e por isso precisam de sustentabilidade).” Boff propõe, então, um conceito mais amplo:

> Sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando à sua continuidade e ainda atender às necessidades das gerações presentes e futuras, de tal forma que os bens e serviços naturais sejam mantidos e enriquecidos em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução. (BOFF, 2014, p. 165).

Apesar de todas essas ações empreendidas pela ONU e dos alertas dos cientistas, a humanidade parece não se dar conta da gravidade da situação em que se encontra o Planeta e da necessidade de adotar um comportamento responsável que evite a exaustão dos recursos naturais. Fortalece essa afirmação o fato de que, mesmo diante dos sinais que a natureza tem dado, com as catástrofes ocorridas ao longo dos anos, ainda continuamos agindo de forma irresponsável, devastando florestas, destruindo a flora e a fauna e utilizando, de forma inconsequente, os recursos naturais. Agimos como se os recursos da Terra fossem inesgotáveis. O que importa é “o que eu tenho”, “o que eu posso comprar”, sem preocupação com “o outro”, ainda que milhões de pessoas continuem a viver na extrema pobreza, enquanto poucos milhares usufruem de todos os benefícios que a riqueza e o desenvolvimento de seus países podem oferecer. A busca pelo progresso e a ganância desenfreada continuam a guiar nossas ações. Ainda segundo Boff (2015),

> O que conta é o benefício econômico individual ou corporativo e não o bem comum de toda uma sociedade. Geralmente esse benefício é alcançado às custas da devastação da natureza e da gestação perversa de desigualdades sociais. (BOFF, 2015, p. 10).

Cada vez mais, se torna imprescindível a união de todos em prol da sobrevivência do Planeta, adotando-se um estilo de vida sustentável, e não a louca competição para ver quem lucra mais.

A forma como temos procurado alcançar o desenvolvimento econômico a qualquer preço aprofundou, demasiadamente, o fosso existente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, onde milhões de pessoas padecem de fome e de toda sorte de desgraças, vítimas do descaso e do egoísmo dos países mais ricos, responsáveis, na maioria das vezes, pelos maiores danos causados ao meio ambiente. De acordo com Peçanha *et al*. (2012),

> Este modelo foi edificado sobre a crença de que a sociedade deve ter como meta o aumento contínuo e ilimitado da produção e o crescimento econômico a qualquer custo, mesmo que esse custo seja social ou ambiental. O avanço científico e tecnológico corroborou para essa postura fortalecendo a falsa ideia de que o homem pode dominar a natureza e explorá-la de acordo com os seus objetivos imediatos, como se não fôssemos parte integrante desse cenário e, portanto, sujeitos às consequências dessa intervenção tecnológica contínua e intensiva na natureza. (PEÇANHA *et al*., 2011 p. 156).

É inquestionável que a forma danosa como vimos buscando o crescimento econômico tende a levar à perda irreparável dos recursos naturais do Planeta, refletindo-se, obviamente, na saúde e no bem-estar do homem. A necessidade de mudanças na economia já ficou evidenciada como uma unanimidade mundial, muito embora ainda haja países contrários a determinadas ações, principalmente, no que se refere à redução de gases de efeito estufa. É imperioso que seja adotado outro tipo de economia que assegure a continuidade do crescimento respeitando-se, porém, a natureza e possibilitando novas formas de produção sem agressão ao Planeta. A adoção de uma economia verde tem sido apontada como a mais viável e com melhores condições de promover crescimento econômico com avanço tecnológico, por permitir que seja mantida a produção industrial em níveis considerados adequados para o pleno desenvolvimento, buscando, porém, a sustentabilidade do Planeta.

Para Piga e Mansano (2015), a “economia dita verde”, debatida pela primeira vez por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada em 2012, na cidade do Rio de Janeiro.

> [...[primava pela valorização e incentivo de atividades com baixo teor de emissão de carbono, racionalização dos recursos, inclusão social, proteção e reforço da biodiversidade, bem como dos serviços fornecidos pelos ecossistemas. (PIGA; MANSANO, 2015, p. 186).

Ainda segundo os autores, os 3 pilares fundamentais da nova economia seriam: a diminuição de emissão de carbono, o uso de recursos naturais de forma eficiente e a preocupação com a inclusão social.

Ao se referir à economia verde, Pereira, Silva e Carbonari (2011), por sua vez, destacam as dificuldades que esse tipo de economia terá que enfrentar.

> A nova economia verde nasce para lidar com alguns desafios iminentes [...] criar oportunidades sustentáveis nos próximos anos em setores estratégicos da economia que contribuam significativamente para a melhoria da qualidade de vida da sociedade; recuperar e promover a harmonia com o meio ambiente no curto, médio e longo prazos; formular e avançar políticas de incentivos à educação na sustentabilidade. (PEREIRA; SILVA; CARBONARI, 2011, p. 115-116).

Retomando Boff (2015), o desenvolvimento “se rege pela linearidade, pelo crescimento ilimitado que implica exploração da natureza e criação de profundas desigualdades” enquanto a sustentabilidade “é circular, envolve todos os seres com relações de interdependência e de inclusão, de sorte que todos podem e devem conviver e coevoluir.” (BOFF, 2015, p. 115).

Ora, uma sociedade sustentável é aquela que busca o crescimento e o desenvolvimento econômico sem colocar em risco a sobrevivência do Planeta e da humanidade. Essa postura ética, no entanto, não se restringe às indústrias e aos governos. Ela implica o envolvimento de toda a sociedade que deve repensar seu consumismo e seus atos, pois as ações de cada indivíduo, no dia a dia, têm reflexos em todas as espécies. Essa consciência de que fazemos parte de um todo é essencial para que convivamos em harmonia como ressaltam Pereira, Silva e Carbonari (2011):

> A prosperidade consiste na nossa habilidade de florescer como seres humanos – dentro dos limites ecológicos de um planeta que possui recursos finitos. O desafio da sociedade é criar condições para que isso seja possível. Esta é a tarefa mais urgente da atualidade. (JACKSON, 2009 *apud* PEREIRA; SILVA; CARBONARI, 2011, p. 109).

Tornam-se cada vez mais urgentes mudanças na forma de agir e de pensar. Ou se reduzem as agressões ao meio ambiente ou corre-se, cada vez mais, o risco de causar a destruição do Planeta.

A mudança de hábitos por parte da população, no tocante à redução do consumo, talvez seja um dos passos mais importantes para se conseguir um futuro melhor para a humanidade. Quando nos referirmos à redução de consumo, não estamos levantando a bandeira de uma redução drástica, mas de um consumo responsável e comedido, respeitando os limites dos recursos e, acima de tudo, respeitando o outro. Igualdade e equidade sociais são termos usados, unanimemente, por todos aqueles que defendem uma mudança de postura da população mundial no que diz respeito à redução do consumo exagerado - que permeia a vida dos países mais ricos -, e à necessidade de se dar maior atenção aos países em desenvolvimento no tocante à diminuição da pobreza e à oferta de melhores condições de vida para aqueles que vivem em extrema miséria. A ideia de solidariedade tem se mostrado, assim, condição *sine qua non* para que haja desenvolvimento com sustentabilidade. Essa preocupação com o outro já estava

presente no relatório Brundtland, nos anos 1980, quando foi, então, estabelecido o conceito de desenvolvimento sustentável.

Para o economista Ignacy Sachs (2004), o crescimento é necessário, mas não é suficiente para garantir uma vida melhor, feliz e mais digna para todos. Ainda de acordo com o autor,

> O desenvolvimento sustentável obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica. Estritamente falando, apenas as soluções que considerem estes três elementos, isto é, promovam crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais e ambientais, merecem a denominação de desenvolvimento [...]. (SACHS, 2004, p. 36).

Alcançar índices de desenvolvimento compatíveis com o exigido para um desenvolvimento sustentável demanda, portanto, ações conjuntas de empresas, governos e de toda a sociedade. Sem o envolvimento de todos, dificilmente as medidas adotadas terão êxito. É imperioso assumirmos nossa participação como cidadãos responsáveis por nossos atos para evitar catástrofes ambientais, além da perpetuação da fome e da miséria extremas de milhões de pessoas em todo o mundo. Para tanto, no nosso dia a dia, precisamos abraçar as mudanças necessárias para a defesa da Terra, exigir ações governamentais para implementação de leis de proteção ambiental e, ainda, cobrar o engajamento dos empresários com a causa da sustentabilidade. O jornalista ambiental André Trigueiro é taxativo a esse respeito:

> A expansão da consciência ambiental se dá na exata proporção em que percebemos o meio ambiente como algo que começa dentro de cada um de nós, alcançando tudo o que nos cerca e as relações que estabelecemos com o universo. (TRIGUEIRO, 2003, p. 13).

A redução do consumo desenfreado que existe nos dias atuais se mostra, portanto, imprescindível. Vale lembrar que ao falarmos de consumo não nos referimos apenas àquilo que compramos, mas a tudo que consumimos ao longo do dia. Seja a água que usamos para cozinhar ou para o banho, a energia, seja o combustível para nos deslocarmos. Leonardo Boff (2012) assim se coloca com relação ao consumo excessivo da sociedade contemporânea:

> [...] consumimos não apenas o necessário, o que é justificável, mas o supérfluo, o que é dispensável. Esse consumismo só é possível porque as políticas econômicas que produzem os bens supérfluos são continuamente alimentadas, apoiadas e justificadas por uma máquina feroz de propaganda e marketing que funciona 24 horas por dia. (BOFF, 2012, p. 169).

Um dos mais graves problemas na atualidade, que compromete diretamente a possibilidade de se alcançar a sustentabilidade ambiental, é a geração excessiva de resíduos sólidos urbanos (RSU)[9]. A reciclagem, que consiste em um "conjunto de técnicas que possibilitam reaproveitar materiais descartados, reintroduzindo-os no ciclo produtivo", conforme define o MMA, é uma das mais vantajosas formas de tratar os resíduos sólidos, seja do ponto de vista social, seja do ponto de vista ambiental.

De acordo com Bortoli (2013), "a reciclagem geralmente é apresentada como alternativa ambiental, econômica e social, frente ao aumento da geração e concentração do resíduo sólido produzido pelos centros urbanos." (BORTOLI, 2013, p. 254).

Santos *et al*. (2011) também destacam o papel da reciclagem do ponto de vista social, econômico e ambiental. Segundo os autores,

> Existe uma relação de equidade social pelo fato de muitas pessoas sobreviverem do *reaproveitamento* do lixo produzido nas cidades, problema que também possui ligação com a questão econômica já que a reciclagem desses resíduos será uma fonte de renda para o catador/cooperado e, por fim, o equilíbrio ambiental, pelo fato da minimização dos resíduos em locais inadequados que causam fortes impactos no ambiente, ocasionando o desequilíbrio ambiental vivenciado atualmente. (SANTOS *et al*., 2011, p. 17, grifo do autor).

Embora a reciclagem seja realizada pelas indústrias recicladoras, o processo tem início na atitude de cada cidadão através da correta separação dos resíduos descartados passíveis de reciclagem e do seu encaminhamento aos Postos de Entrega Voluntária (PEVs), aos catadores que fazem o trabalho de coleta porta a porta ou, ainda, às cooperativas e ou associações de catadores desses materiais.

O não cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída em 2010, determinando o fim dos lixões em todo o país e a obrigatoriedade de

---

[9] De acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), a produção do lixo residencial urbano, no Brasil, aumentou 29% nos últimos 10 anos. No ano de 2014, enquanto o crescimento populacional foi da ordem de 0,9% em relação a 2013, o crescimento da geração de resíduos foi de 2,9% no mesmo período.

implantação da coleta seletiva em todos os municípios brasileiros, presume-se ser um dos grandes entraves para a evolução da reciclagem no Brasil. Materiais recicláveis deixam de seguir para as indústrias recicladoras, podendo, por esse motivo, trazer enorme prejuízo para a economia brasileira**.** Segundo dados do Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (IPEA) (2012), apesar do setor de reciclagem no Brasil movimentar cerca de R$ 12 bilhões por ano, R$ 8 bilhões são perdidos devido à grande quantidade de resíduos que ainda são levados para os lixões e aterros sanitários. (BRASIL, 2012).

Não obstante esses dados, a reciclagem tem se mostrado essencial para o desenvolvimento sustentável e, nesse processo, os catadores de materiais recicláveis se tornaram peça fundamental por operacionalizarem o retorno de materiais descartados para o ciclo produtivo. Magalhães (2016) apresenta uma apreciação peculiar do papel do catador:

> Embora o catador não represente o único elo da cadeia que existe entre o descarte do resíduo (condição de “lixo”) e a sua reutilização na indústria, é ele quem promove a transformação do *status* do material. Se o produto é criado pela indústria e o lixo advém da sua utilização pelo consumidor, o material reciclável *como tal* é, de fato, criado pelo catador. (MAGALHÃES, 2016, p.131, grifo do autor).

A indústria de reciclagem no Brasil está bem estruturada, tendo alcançado importantes índices que sinalizam um crescimento do setor, proporcionando ganhos econômicos, sociais e ambientais. De acordo com o Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE), “O Brasil dá passos importantes para ocupar posição de destaque no cenário global da reciclagem”. Ainda segundo o órgão, existe a tendência de aceleração do crescimento “à medida que a lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos é colocada em prática dentro de um ambiente regulatório favorável a novos investimentos.” (CEMPRE, 2013, p. 6).

De acordo com dados do MMA, os principais materiais reciclados no Brasil são o papel e o papelão, o alumínio, o vidro, e o plástico. (BRASIL, 2016).

- PAPEL E PAPELÃO

O papel e o papelão ocupam posição de destaque na indústria brasileira da reciclagem. Em 2013, a taxa de recuperação de papéis chegou a 58,9%. O papel

ondulado e o kraft são os que atingem maior taxa de recuperação, chegando a 78,4%. (CEMPRE, 2015).

O Ministério do Meio Ambiente destaca, no entanto, a necessidade da redução do consumo desses materiais uma vez que o processo de reciclagem leva as fibras que constituem o papel e o papelão a perderem suas características físico-químicas, tornando-os sem serventia para reciclagem depois de um certo tempo.

- ALUMÍNIO

Para a Associação Brasileira do Alumínio (ABAL), quando o assunto é reciclagem, o alumínio é o primeiro nome a ser lembrado. Ao contrário de outros materiais, ele pode ser reciclado inúmeras vezes sem que haja perda de suas características no processo de reciclagem.

Segundo dados da Associação de Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade (ABLATAS), o Brasil recicla 98,4% das latas utilizadas no país, ocupando a liderança mundial, desde 2011, na reciclagem desse material. Um importante fato a destacar é a grande economia de energia para o país uma vez que, se comparado ao processo de produção de alumínio primário, o processo de reciclagem consome apenas 5% de energia. (ABLATAS, 2016).

- VIDRO

Tal como o alumínio, o vidro pode ser também reciclado inúmeras vezes sem que haja perda de suas propriedades físico-químicas. Por ser um produto retornável e reutilizável, sua reciclagem representa, igualmente, importante papel na economia do país e na preservação do meio ambiente. “Uma garrafa de vidro pode se tornar outra garrafa idêntica em diversas vezes que o caco de vidro é inserido no forno para produção dessas embalagens nas fábricas.” (ABVIDRO, 2013, p.1).

- PLÁSTICO

Segundo o CEMPRE, a reciclagem do plástico permite uma economia de até 50% de energia. Após a reciclagem, o plástico pode ser utilizado como matéria-prima na fabricação de baldes, garrafas de água, acessórios para carro, entre outros produtos.

De acordo com Nóbrega (2003), dentre os materiais recicláveis que são encontrados nos RSU “o plástico é o mais recente, tendo a expansão do seu uso

ocorrido a partir das décadas de 1950 e 1960. As primeiras matérias plásticas foram inventadas no inicio do século XX.” (NÓBREGA, 2003, p. 54).

Desde o seu surgimento, o plástico tornou-se, rapidamente, um grande fenômeno ao garantir durabilidade e leveza às embalagens. Nos dias atuais, porém, esse material tem sido bastante criticado pelo fato de nem todos os tipos de plástico serem biodegradáveis, o que provoca graves danos ambientais quando lançados em lixões e aterros sanitários. Isso, sem levar em conta o fato de que trazem em sua composição materiais cancerígenos, sendo, atualmente, muito questionado seu uso para acondicionamento de alimentos e bebidas.

Além da reciclagem, políticas públicas de proteção ambiental têm desempenhado papel relevante para a sustentabilidade. A seguir, serão apresentadas as principais leis e decretos relativos a essa questão, sem, no entanto, fazermos uma análise do seu conteúdo nem do seu cumprimento. Exceção se faz para a Lei nº 12.305, de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, por sua importância para a vida dos catadores de materiais recicláveis, objeto do nosso estudo, e pelo considerável avanço que representa na busca pela sustentabilidade.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

As primeiras ações governamentais relacionadas à proteção ambiental remontam aos anos 1930, com a criação do primeiro Código Florestal Brasileiro e do Código das Águas em 1934, além dos parques Nacional de Itatiaia e do Iguaçu em 1937 e 1939, respectivamente. (Brasil, 2015). A implementação de políticas públicas realmente voltadas para a defesa do meio ambiente teve início, segundo Sousa (2005), tardiamente e em resposta aos movimentos mundiais de proteção ambiental. A autora afirma que a “visão governamental da época de que a proteção ambiental não deveria sacrificar o desenvolvimento econômico do país” constituiu-se empecilho para um desenvolvimento de modo sustentável. (SOUSA, 2005, p. 1).

Piga e Mansano (2015) destacam que até a década de 1970, o que existia no Brasil, eram medidas de cunho puramente ambiental. Segundo os autores,

> [...] eram intervenções públicas de diferentes áreas, como saúde e habitação. Tratava-se de um conjunto de princípios, estratégias e diretrizes de ação que visava proteger a integridade do meio físico e biológico de nosso país [...]. (PIGA; MANSANO, 2015, p. 181).

Com efeito, durante o governo militar, o país encontrava-se em um período de grande expansão econômica, o Milagre Econômico, com metas de crescimento bastante otimistas, razão pela qual nossos representantes, juntamente com outros líderes de países em desenvolvimento, foram contrários a qualquer ação que exigisse uma diminuição no ritmo de crescimento de seus países, como proposto na Conferência de Estocolmo. Segundo Viola e Leis (1995), o Governo Brasileiro "foi o principal articulador do bloco dos países em desenvolvimento que tinham uma posição de resistência ao reconhecimento da importância da problemática ambiental [...]." (VIOLA; LEIS, 1995, p. 83).

Os delegados brasileiros presentes em Estocolmo defenderam, ainda, o direito de cada país explorar seus recursos naturais sem interferência da comunidade internacional. Para eles, segundo Sousa (2005),

> [...] a soberania nacional não poderia ser mutilada em nome de 'interesses ambientais mal definidos'. O princípio da soberania nacional, o direito de uma nação explorar seus recursos de acordo com as suas prioridades, foi obsessivamente declarado pelo Brasil. (SOUSA, 2005, p. 3)

A Conferência levou os governantes brasileiros a adotarem uma postura menos conservadora e, podemos dizer, menos egoísta e irresponsável, passando a desenvolver, a partir de então, ações voltadas para a preservação do meio ambiente, embora não concordasse com as medidas restritivas às ações desenvolvimentistas sugeridas naquele evento. Em 1973, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), sob a coordenação do Ministério do Interior. Sua função, no entanto, se limitava ao controle da poluição, não tendo sido dada a devida atenção à questão do saneamento básico, problema grave que atingia grande parte do país, principalmente, as regiões menos desenvolvidas e com maior índice de pobreza. Esse fato confirma, portanto, que as políticas ambientais no Brasil só tiveram início, realmente, nos últimos 40 anos. Na opinião de Guimarães (1986 *apud* VIOLA; LEIS, 1995, p. 83), ao criar a SEMA, o Brasil apenas tentava atenuar a imagem negativa, em âmbito internacional, que tinha construído em Estocolmo.

Em 1981, no final do regime militar, o Governo Federal criou a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), grande marco da política ambiental brasileira, e o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), juntamente com seu órgão consultivo e deliberativo, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

A partir da redemocratização do país, em 1985, surgiu uma nova configuração da política ambiental brasileira através de Leis e Decretos diretamente voltados à defesa do meio ambiente como podemos conferir no quadro a seguir.

Quadro 2 - Leis e Decretos instituídos pelos governos brasileiros em defesa do meio ambiente

LEI/DECRETO	ANO	REGULAMENTAÇÃO/INSTITUIÇÃO
Decreto nº 23.793	1934	Primeiro Código Florestal
Decreto nº 24.643	1934	Código das Águas
Decreto nº 1.713	1937	Parque Nacional de Itatiaia
Decreto Lei nº 1.035	1939	Parque Nacional do Iguaçu
Decreto nº 73.030	1973	Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA)
Lei nº 6.938	1981	Política Nacional do Meio Ambiente, Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)
Decreto nº 92.752	1986	Programa de Ações Básicas para a Defesa do Meio Ambiente
Decreto nº 96.944	1988	Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal
Lei nº 7.735	1989	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
Lei nº 7.797	1989	Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)
Lei nº 9.433	1997	Lei das Águas
Lei nº 9.795	1998	Lei de Crimes Ambientais
Lei nº 9.605	1999	Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)
Lei nº 11.107	2005	Lei de Consórcios Públicos
Lei nº 11.445	2007	Lei de Saneamento Básico
Lei nº 12.187	2009	Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)
Lei nº 12.305	2010	Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)

Fonte: MMA, 2016

Uma nova Constituição foi promulgada em 1988, contemplando, também, o cuidado com o meio ambiente no artigo 225 que diz:

> Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

A Carta Magna do país estabelece, ainda, em seu artigo 23, que é competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o cuidado com o meio ambiente, combatendo a poluição em qualquer de suas formas e protegendo as florestas, a fauna e a flora. Também compete ao Poder Público, segundo o capítulo VI da Constituição, a responsabilidade pela "promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização da população no tocante à preservação do meio ambiente." (BRASIL, 1988).

Um grande passo dado pelo Governo Brasileiro, para a conscientização da população quanto à importância do cuidado com o meio ambiente, foi a instituição da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), segundo a qual a Educação Ambiental (EA) é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. Em seu Art. 1º, a educação ambiental é definida como:

> [...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

O papel inquestionável da educação na formação do cidadão é destacado por Tenerelli, Silva e Paiva (2006). Para esses autores, é através da educação que são conferidas "consciência ambiental e ética, valores e atitudes, técnicas e comportamentos, em consonância com o desenvolvimento sustentável e que favoreçam a participação pública nas tomadas de decisão." (TENERELLI; SILVA; PAIVA, 2006, p. 112).

Pereira, Sousa e Carbonari (2011) também destacam a educação como caminho para despertar a consciência ambiental da população. Na opinião dos autores,

> [...] a educação pode dar às pessoas o estímulo de que precisam para lidar de forma eficaz com a limitação de recursos naturais disponíveis e a fragilidade do ambiente físico. Ela possibilita ainda que as pessoas sejam capazes de avaliar os limites e potenciais de suas decisões, conjugando ação com reflexão na sua melhor forma. (PEREIRA; SOUSA; CARBONARI, 2011, p. 126)

Na busca de mudanças, desta feita nos padrões de consumo e de produção nas instituições governamentais, foi criada, em 1999, a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Considerado o principal programa governamental da administração pública para questões ambientais, a Agenda tem como objetivo principal promover a sensibilização de gestores públicos para que incorporem, às suas atividades, princípios da gestão ambiental tais como: combate a todas as formas de desperdício dos bens públicos e recursos naturais; inserção de critérios ambientais nas compras públicas, investimentos e contratações públicas; gestão de resíduos, inclusive adotando parcerias com cooperativas e/ou associações de catadores e incentivo à tomada de consciência socioambiental por parte dos servidores públicos federais.

Em consonância com os princípios da A3P na luta pelo desenvolvimento sustentável e, também, como forma de reforçar a importância do engajamento do servidor público nessas ações, o Governo Federal instituiu, em outubro de 2006, o Decreto nº 5.940, determinando a obrigatoriedade da coleta seletiva solidária de resíduos sólidos em todas as instituições públicas federais e a doação dos resíduos passíveis de reciclagem para associações e/ou cooperativas de catadores. Essa medida veio ao encontro de outras ações governamentais adotadas em prol dos catadores, a exemplo da regulamentação da profissão de catador pelo Ministério do Trabalho, no ano de 2002**.** A partir de então, o catador passou a ser definido pela Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) como o profissional que cata, seleciona e vende materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, além de materiais ferrosos e não-ferrosos e outros tipos de materiais recicláveis. Essa iniciativa favoreceu o resgate de direitos fundamentais e de direitos sociais do cidadão assegurados pelos artigos 5º e 6º da Constituição Federal.

A mudança de um governo neoliberal para um governo com ideias socialistas, a partir do ano de 2003, contribuiu, sobremaneira, para que algumas das leis aprovadas tivessem, a partir de então, como objetivo, além da preservação ambiental, uma busca de soluções para os graves problemas sociais e econômicos

brasileiros. Destacamos, apenas, aquelas cujo cumprimento beneficia, diretamente, os catadores de materiais recicláveis, a saber: Lei do Consórcio Público, permitindo que dois ou mais entes da federação formem parcerias para resolver problemas ligados à saúde, ao saneamento básico, à preservação do meio ambiente, entre outros; Lei de Saneamento Básico que, além de beneficiar a saúde da população e o meio ambiente, altera a Lei de Licitação, permitindo a contratação de cooperativas e/ou associações de catadores na coleta seletiva municipal sem processo licitatório e, finalmente, a Política Nacional de Resíduos Sólidos que regulamenta a gestão desses resíduos cujo descarte inadequado incorre em problemas ambientais, sociais, econômicos e sanitários.

A PNRS, promulgada no ano de 2010, provocou uma verdadeira revolução no que tange à proteção e preservação do meio ambiente e à valorização dos profissionais que trabalham na catação de resíduos sólidos, proporcionando inclusão social e geração de emprego e renda para os catadores. Esses trabalhadores passaram a ser reconhecidos como verdadeiros agentes ambientais. Entre as principais diretrizes da nova lei, podemos destacar:

- a proibição dos lixões e aterros controlados[10], que devem ser substituídos por aterros sanitários no prazo máximo de 4 anos;
- a adoção da Logística Reversa, ou seja, fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de pilhas e baterias, pneus, agrotóxicos, lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista, produtos eletrônicos e seus componentes e outros produtos ou embalagens que ofereçam risco são responsáveis pelo retorno dos produtos à cadeia produtiva, de forma independente do serviço público urbano e de manejo de resíduos sólidos;
- a responsabilidade pelo resíduo sólido passa a ser compartilhada, com obrigações que envolvem os cidadãos, as empresas, as prefeituras e os Governos Estadual e Federal;
- a obrigatoriedade, por parte dos municípios, de implantar um sistema de coleta seletiva com inclusão dos catadores através de cooperativas e associações;

[10] Terreno que recebeu apenas uma cobertura, não havendo, portanto, proteção do solo e do lençol freático.

- a exigência de todo município elaborar seu Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, no prazo máximo de 2 anos, sob pena de não receber recursos do Governo Federal para gerenciamento desses resíduos.

O cumprimento dessa nova lei é de grande relevância para os milhares de catadores existentes no País. A coleta seletiva que, obrigatoriamente, deve ser implantada por todos os municípios brasileiros, proporcionará aumento do material coletado por esses trabalhadores, acarretando melhoria em suas condições de vida e aumento de sua renda.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos é bastante moderna e se for, efetivamente, implantada, estaremos, finalmente, trilhando o caminho para o correto gerenciamento dos resíduos sólidos produzidos. Dessa forma, contribuiremos para a preservação do meio ambiente e para a melhoria da qualidade de vida dos catadores. A ganância, a falta de boa vontade dos nossos representantes no poder e a falta de comprometimento ético-ambiental da sociedade como um todo, no entanto, não nos permitem vislumbrar, a curto prazo, um futuro ambientalmente sustentável em nosso País.

Para Moura e Jatobá (2012), o grande desafio da nossa política ambiental é encontrar uma forma de crescimento sustentável em consonância com a dimensão do território brasileiro cujas riquezas naturais estão distribuídas em 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Segundo os autores,

> Alcançar um desenvolvimento sustentável, inclusivo e equitativo, em harmonia com o patrimônio natural do País, é um desafio que o governo e a sociedade terão de enfrentar por muitos anos ainda. (MOURA; JATOBÁ, 2012, p. 97).

Mesmo com o avanço das ações desenvolvidas, o Brasil ainda carece de políticas públicas eficazes que levem a mudanças socioeconômicas e promovam um desenvolvimento sustentável com respeito ao meio ambiente, à inclusão social e à redução da pobreza.

A sociedade precisa estar atenta e cobrar ações mais efetivas do governo no tocante à adoção de políticas públicas para o enfrentamento dos graves problemas socioambientais que persistem em nosso País. Embora a preservação do meio ambiente seja, prioritariamente, de responsabilidade do governo, somente a força e

a união da sociedade, na luta pela implementação de políticas públicas, poderão assegurar o sucesso dessas políticas.

Objetivando analisar a influência do Programa de Coleta Seletiva Solidária da Universidade Federal de Campina Grande sobre a vida dos catadores da Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis, abordamos, no próximo capítulo, o Programa, a Cooperativa e os sujeitos que a compõem.

3. O PROGRAMA DE COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE E A COOPERATIVA DE TRABALHADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (COTRAMARE)

Discorreremos, a seguir, sobre alguns aspectos relacionados ao Programa e à COTRAMARE. Consideraremos, para tanto, sua história, os sujeitos envolvidos e seu comprometimento com as questões socioambientais.

3.1 O PROGRAMA DE COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA NA UFCG

3.1.1 Implantação e Funcionamento

A coleta seletiva solidária, como falamos anteriormente, foi instituída pelo Governo Federal em outubro de 2006, através do Decreto nº 5.940 que tornava obrigatória a doação do material reciclável descartado pelos órgãos públicos federais a associações e/ou cooperativas de catadores. Essa medida envolveria mais de 600 mil funcionários e servidores de 217 órgãos, entre ministérios, empresas públicas, institutos, autarquias e universidades, em mais de 10.000 prédios nos, aproximadamente, 1400 municípios brasileiros. A decisão governamental visava aos seguintes objetivos: proporcionar impactos econômicos, sociais e ambientais; fortalecer associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis já existentes e criar novos empreendimentos dessa natureza. Entre os impactos esperados, destacavam-se a geração de trabalho e renda para os catadores, o aumento de competitividade na comercialização dos resíduos coletados, a redução nos custos da coleta municipal, o aumento da vida útil dos aterros sanitários e, ainda, o fortalecimento da consciência socioambiental do servidor público federal. (BRASIL, 2016).

O Ministério do Meio Ambiente assim define a coleta seletiva:

> [...] coleta diferenciada de resíduos que foram previamente separados segundo a sua constituição ou composição. Ou seja, resíduos com características similares são selecionados pelo gerador (que pode ser o cidadão, uma empresa ou outra instituição) e disponibilizados para a coleta separadamente. (BRASIL, 2016).

A coleta seletiva solidária, por sua vez, busca construir um novo modelo de gestão dos resíduos nas instituições públicas federais, contribuindo, dessa forma, para o envolvimento dos servidores públicos federais no enfrentamento ao sério problema do descarte inadequado dos resíduos sólidos em nosso país, obedecendo aos princípios e metas estabelecidos pela A3P.

Desde a Rio-92, o Brasil tem demonstrado um maior engajamento na atenção aos cuidados com o meio ambiente. No entanto, o resíduo sólido produzido e a busca por soluções para os problemas decorrentes de seu descarte inadequado estavam longe de ser prioridade para os governantes e, até mesmo, para a sociedade de um modo geral.

Tendo em vista esse cenário de total descaso, a situação de vulnerabilidade de centenas de pessoas que viviam do que era descartado pela população da cidade, bem como suas condições precárias de trabalho e sobrevivência, um grupo de servidores e alunos do Curso de Engenharia Agrícola do *Campus* II da então Universidade Federal da Paraíba, deu início, no ano de 1996, a um trabalho de conscientização da comunidade acadêmica, tendo como meta promover o despertar para a problemática do resíduo sólido com todos os malefícios dele decorrentes tanto para o meio ambiente como para a saúde humana. Nesse mesmo ano, foi aprovado o projeto de extensão “Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos no *Campus* II”, considerado o ponto de partida da implantação futura da coleta seletiva na UFCG. Posteriormente, em 1999, foram aprovados, também, o projeto de extensão “Gerando Renda e Conservação do Meio Ambiente a partir da Reciclagem de Resíduos Sólidos”, o projeto “Gestão Ambiental no *Campus* II” e, ainda, o projeto “Reciclando e Cooperando”. Este último contribuiu para a formação de uma associação de catadores do lixão da cidade, a partir da qual foi criada, em 2001, a Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis, nosso espaço de estudo. (Fonte: Relatório PROBEX, 2006).

Com a criação da UFCG em 2002, essas ações socioambientais tiveram continuidade com o apoio da nova administração tendo, inclusive, sido aprovado, em março de 2006, o projeto “Coleta e Caracterização dos Resíduos Sólidos Gerados na UFCG - *Campus* I: Sensibilização da Comunidade Acadêmica da Problemática Socioambiental”. O projeto tinha como finalidade caracterizar os resíduos produzidos no *Campus* I, possibilitando, assim, desenvolver ações de educação ambiental sobre a importância a ser dada aos resíduos sólidos produzidos e à sua correta forma de

separação e descarte. Na ocasião, o material coletado era separado pelos próprios membros da equipe sendo, posteriormente, entregue aos catadores no lixão da cidade.

As ações iniciadas em 1996 tiveram, provavelmente, um papel fundamental para a criação e o sucesso desse novo projeto e, também, para que, em outubro de 2006, quando o Governo Federal instituiu o Decreto nº 5.940, a UFCG começasse a atuar de acordo com a determinação federal sem que houvesse descontinuidade das ações já iniciadas. Isso isentou a Instituição do cumprimento do prazo estabelecido para escolha de uma comissão de coleta seletiva e início das atividades previstas no Decreto. A equipe que vinha à frente do projeto de extensão e das ações ambientais foi escolhida para compor a Comissão de Coleta Seletiva Solidária (CCSS) da Instituição, cabendo-lhe as obrigações de coordenar e fiscalizar as ações do Programa, inclusive de enviar relatórios semestrais ao Ministério do Desenvolvimento Social. O referido Decreto veio, desta forma, reforçar as ações que vinham sendo desenvolvidas até então pela Universidade, visto que tem como objetivos, entre outros, proporcionar a geração de emprego e renda dos catadores - com consequente melhoria nas suas condições de vida e de trabalho -, incentivar a formação de associações e cooperativas de catadores, aumentar a vida útil dos aterros sanitários e despertar a consciência socioambiental do servidor público federal.

A coleta seletiva solidária, instituída pelo governo passou, assim, a caminhar lado a lado com o projeto de extensão aprovado poucos meses antes, tendo este sido denominado, a partir de então, Programa de Coleta Seletiva Solidária (PCSS). Essa coexistência foi perfeitamente aceita por todos aqueles desejosos de gerar frutos significativos não só para a Universidade, como também para os que faziam parte da Cooperativa.

A partir de 2007, as ações foram estendidas para setores externos à UFCG, cooptando, deste modo, outros segmentos da sociedade para a luta por um melhor gerenciamento dos resíduos sólidos e pela sobrevivência da COTRAMARE. Através dessa iniciativa, o Programa tem procurado despertar a consciência socioambiental não apenas da comunidade acadêmica, mas também de entidades públicas - municipais, estaduais e federais -, escolas, empresas privadas e da sociedade de um modo geral. Através de oficinas e palestras, vêm sendo realizadas intervenções

de educação ambiental no intuito de reforçar, junto à população, a necessidade de mudança de seus hábitos com vistas à proteção do meio ambiente.

O PCSS tinha como objetivo geral sensibilizar a comunidade acadêmica e a população da cidade de Campina Grande para a necessidade do cumprimento das determinações do Decreto nº 5.940, visando o fortalecimento da COTRAMARE e a formulação de uma política pública para a gestão dos resíduos sólidos por parte do Poder Municipal. O Programa tinha, ainda, por meta: conscientizar a comunidade acadêmica e os munícipes sobre as questões socioambientais, estimulando-os a recolher e a doar o material coletado à COTRAMARE; realizar intervenções práticas e teóricas de educação ambiental a respeito dos resíduos sólidos; caracterizar e quantificar os resíduos sólidos recicláveis nos setores envolvidos no Programa e, finalmente, propor e articular a construção de um plano municipal de resíduos sólidos. (Fonte: Relatório PROBEX, 2006).

Os materiais mais coletados no *Campus* I eram o papel e o papelão, tendo em vista o tipo de atividade exercida na Universidade. Percebeu-se, porém, que outros tipos de resíduos como vidro, metal, garrafas PET[11], PVC[12] e inclusive sucata eram também recolhidos. Isso se devia ao fato de muitos desses resíduos serem levados de casa pelos servidores e até mesmo pela comunidade do entorno da UFCG e entregues no Posto de Entrega Voluntária (PEV) instalado, desde o início do Programa, no Laboratório de Tecnologia Agroambiental. O envolvimento da sociedade, além da comunidade acadêmica, tem proporcionado não apenas o aumento do quantitativo, mas também, a diversificação dos resíduos coletados, o que tem beneficiado, sobremaneira, os catadores.

A presente pesquisa se fundamentou nas ações do Programa e no que elas têm proporcionado aos que fazem a COTRAMARE. As informações apresentadas em nosso estudo resultaram de pesquisa bibliográfica sobre o tema, de pesquisa documental realizada em relatórios do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) da UFCG e de entrevistas com a presidente da CCSS e com os próprios sujeitos que atuavam na Cooperativa.

Nos levantamentos efetuados nesses relatórios, encontramos alguns registros fotográficos mostrando o material coletado na Universidade e o momento de entrega deste a um dos cooperados, como mostram as figuras 1 e 2.

---

[11] Polietileno Tereftalato
[12] Policloreto de Vinila.

Figura 1 - Entrega à COTRAMARE do material coletado na UFCG

Fonte: Relatório PROBEX, 2006

Figura 2 - Material coletado no *Campus* I sendo colocado no transporte cedido pela Prefeitura Universitária para entrega na COTRAMARE

Fonte: Relatório PROBEX, 2006

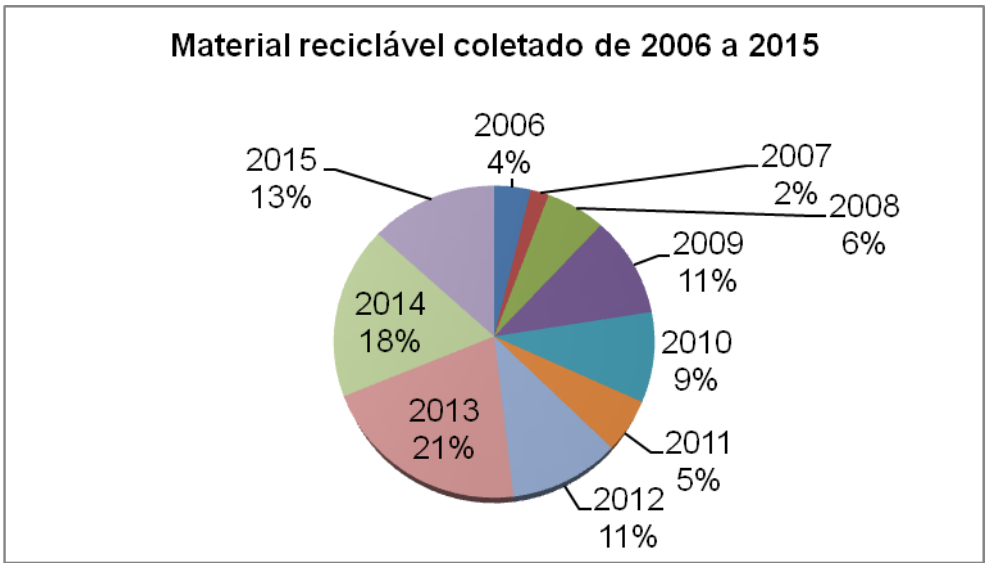
Para termos uma noção mais clara da expansão desse Programa, reunimos, a partir dos levantamentos documentais, dados referentes ao quantitativo de material coletado pelo PCSS no período compreendido entre 2006, ano de aprovação do Projeto de Extensão e instituição do Decreto nº 5.940, e o ano de 2015, conforme apresentado na Tabela 1. Foi possível observar um crescente aumento de materiais recicláveis ao longo desse período. As variações apresentadas no quantitativo decorrem, provavelmente, da diminuição de produção de resíduos nos períodos de greves na Universidade.

Tabela 1 - Evolução, em quilograma (Kg), do quantitativo de resíduos coletados anualmente na UFCG no período de 2006 a 2015.

ANO	TOTAL EM KG
2006	2.648,25
2007	1.330,00
2008	4.330,00
2009	7.342,80
2010	6.501,69
2011	3.823,24
2012	7.548,00
2013	14.387,00
2014	12.488,10
2015	9.241,20
TOTAL	69.640,28

Fonte: Relatórios PROBEX

Gráfico 1 - Representação gráfica, em percentuais, da evolução do quantitativo de material reciclável coletado entre 2006 e 2015.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016

É importante ressaltar que os dados apresentados se limitam aos quantitativos dos resíduos produzidos no *Campus* I da UFCG e às doações entregues no PEV, tendo em vista que o Decreto nº 5.940 regulamenta, apenas, o material produzido e descartado no âmbito dos órgãos federais. Os resíduos doados pelos colaboradores externos eram entregues por eles diretamente à COTRAMARE, cabendo à UFCG a função de mediadora entre a Cooperativa e a sociedade.

3.1.2 Ações Desenvolvidas

Ao longo desses dez anos de existência, as ações do programa de coleta seletiva da UFCG vêm se diversificando em várias frentes, seja cooptando mais colaboradores, seja desenvolvendo intervenções educativas em escolas, Sociedades de Amigos de Bairro, empresas públicas e privadas, condomínios e, até mesmo, em prefeituras de cidades do entorno de Campina Grande. Essas ações têm possibilitado um crescente aumento do material coletado e doado à COTRAMARE, e a conscientização de diversos segmentos da sociedade quanto à necessidade de promover mudança em seus hábitos de consumo e de buscar soluções para os problemas socioambientais.

O aumento do número de colaboradores envolvidos proporcionou ao Programa condições para viabilizar a transferência da Cooperativa, que funcionava no lixão da cidade até o ano de 2008, para um galpão próximo ao centro da cidade onde foi, então, instalada a Unidade de Coleta Seletiva Solidária (UCSS). Os catadores passaram, então, a usufruir de um ambiente de trabalho menos insalubre e a contar com apoio técnico da equipe do Programa. Além disso, eles contaram com ajuda de setores diversos da sociedade dentre os quais UFCG, Cáritas Diocesana, Organização Nova Consciência, Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FACISA), Hotel Village, Escola Virgem de Lourdes, grupo Irmãs da Misericórdia - com sede na Irlanda - e Museu Interativo do Semi-árido (MISA), o que contribuiu para compensar sua baixa renda e melhorar o desempenho de suas atividades. Dessa forma, além de melhores condições de vida e trabalho para os cooperados, também foi possível dar maior visibilidade ao trabalho executado por essas pessoas. A permanência no lixão tornava-as, praticamente, invisíveis para a sociedade e para o poder público.

As intervenções de educação ambiental têm se mostrado um eficiente instrumento na conscientização da população quanto à necessidade de mudança de percepção a respeito da importância da separação dos resíduos gerados em casa, na empresa, na escola, entre outros locais. Essas ações permitiram que os catadores passassem a contar com um resíduo limpo, livre de contaminação e, consequentemente, com melhor poder de venda. Para tanto, a equipe vem adotando a prática dos 5 Rs, metodologia utilizada pelo CEMPRE, que consiste em: repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar. Foram utilizados, também, os cadernos temáticos: “Coleta Seletiva em Escolas”, “Reciclagem em Condomínios”, “Guia de Boas Práticas para uma TIC[13] mais sustentável” e o “Manual do Gerenciamento Integrado de Lixo Municipal”.

Todas as ações desenvolvidas pelo Programa têm obedecido ao estabelecido pelo Decreto nº 5.940 no que diz respeito à divulgação, sensibilização, treinamento, distribuição de coletores nos ambientes geradores, separação, pesagem e destinação do material coletado a cooperativas. O Programa tem sido conduzido, ainda, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a legislação referente ao desfazimento em instituições públicas federais, à educação ambiental, ao saneamento básico e à criação do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Lixo[14].

Elencamos, a seguir, as ações intramuros e extramuros desenvolvidas pelo Programa.

- **Disponibilização de Serviço de Disque-coleta**

Através do telefone nº 2101.1188, o serviço de disque-coleta, canal de comunicação entre a academia e a coletividade, contribui para que uma maior quantidade de resíduos recicláveis seja destinada à COTRAMARE. O disque-coleta recebe as solicitações de recolhimento de resíduos, por parte da sociedade e repassa os contatos e endereços dos doadores para os cooperados que se responsabilizam, então, pelo transporte dos resíduos da fonte geradora até a Cooperativa.

---

[13] Tecnologia da Informação e Comunicação

[14] Atualmente denominado Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC)

- **Criação de *Website***

A internet vem sendo utilizada pela equipe do Programa como mais um canal de comunicação entre a academia e a sociedade com a finalidade de divulgar as ações por ele desenvolvidas. Através de uma conta aberta no *Facebook* e da criação do *site* www.ltablocbx.com.br são fornecidas orientações técnicas com relação ao descarte correto dos resíduos produzidos e instruções de como participar do Programa.

- **Instalação de Posto de Entrega Voluntária (PEV)**

Sistema de coleta seletiva bastante utilizado por governos e empresas, os PEVs são espaços onde a população entrega, voluntariamente, os resíduos descartados e, previamente, separados em suas residências. O PEV instalado, desde o início das ações do Programa, no Laboratório de Tecnologia Agroambiental, Bloco BX, recebe, diariamente, os resíduos sólidos do *Campus e,* também, doações trazidas de casa pelos servidores, pelos alunos e pela comunidade de um modo geral. Vale salientar que todo o material coletado, independentemente de sua procedência - seja de dentro do *Campus* seja trazido pela população -, é doado à COTRAMARE. Após caracterização e pesagem pela equipe do Programa, o material coletado é recolhido pelos catadores uma vez por semana.

É importante ressaltar que a coleta do material previamente separado no PEV - como também nos setores e nos coletores utilizados pela comunidade acadêmica no *Campus* I - é de responsabilidade de um servidor terceirizado. O material é depositado em local reservado para este fim até ser recolhido pelos cooperados e transportado para a sede da Cooperativa. Por esta razão, os catadores só adentram as dependências da Universidade para retirada do material do local onde foi armazenado.

Em uma de nossas visitas à sede do Programa, fizemos registros fotográficos do carrinho utilizado para coleta e do local de armazenamento, conforme mostrado na figura 3.

Figura 3 – Carrinho de coleta e espaço reservado no *Campus* I para armazenamento do material coletado.

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Como forma de orientar a comunidade acadêmica quanto à separação correta dos resíduos descartados, coletores sinalizados e obedecendo padrão internacional de cores para esse fim, foram distribuídos, estrategicamente, nos diversos setores do *Campus* I, conforme figura 4.

Figura 4 - Coletores instalados nas dependências do *Campus* I

Fonte: Relatório PROBEX, 2008

- **Inclusão de Condomínios Residenciais no Programa**

Os condomínios residenciais se constituem em ótimos locais para a implantação de um programa de coleta seletiva, tanto pelo número de pessoas que residem e trabalham nesses locais quanto pela diversidade dos resíduos produzidos. Essa foi uma das razões pelas quais, a partir de 2007, o PCSS deu início à implantação de programas de coleta seletiva em condomínios residenciais no entorno do *Campus* I.

Primeiramente, a equipe entra em contato com representantes do condomínio para apresentação da proposta do Programa. Em seguida, é encaminhada uma correspondência a todos os moradores, procurando sensibilizá-los para as questões ambientais e sociais relacionadas à produção e descarte de resíduos sólidos. Havendo concordância dos moradores, o representante do condomínio assina um termo de adesão ao Programa – termo de parceria entre o condomínio e a Cooperativa. A COTRAMARE se responsabiliza pela destinação final, ambientalmente adequada, do material coletado, cabendo à UFCG o papel de mediadora entre o condomínio gerador e a Cooperativa. Há todo um trabalho de preparação para moradores, porteiros, zeladores e empregados domésticos quanto à forma correta de descarte. Há, também, apresentação dos catadores que ficarão responsáveis pela coleta no condomínio onde deverão comparecer, semanalmente, devidamente fardados e identificados.

A sensibilização dos que fazem o condomínio é feita através de visita da equipe do Programa e de representante dos catadores da COTRAMARE, de apresentação de vídeos, de realização de oficinas e de encontros expositivos sobre geração, descarte e disposição final dos resíduos, além da distribuição de folders com orientações quanto à maneira correta de separação dos materiais. A metodologia utilizada pela equipe é baseada no manual de coleta seletiva em condomínios elaborado pelo CEMPRE, com adaptações para a realidade local.

Os condomínios participantes são devidamente identificados com o adesivo “amigo do catador”, facilitando a sua identificação pelo pessoal da COTRAMARE. Cada condomínio recebe tonéis metálicos, devidamente sinalizados, sendo um para a separação de papel e outro para os demais tipos de resíduos recicláveis. No momento da coleta, a Cooperativa assina um manifesto onde consta o total de material doado pelo condomínio e o entrega ao responsável pelo repasse dos resíduos.

Todo o estudo do gerenciamento dos resíduos produzidos pelo condomínio – número de residências e de moradores, caracterização dos resíduos produzidos, melhor local para distribuição de coletores, entre outros -, é feito pela equipe do Programa. Em contrapartida, o material separado deve ser doado à COTRAMARE.

Quando da realização da pesquisa, 23 condomínios horizontais e verticais, localizados em diversos bairros da cidade, participavam do Programa.

As figuras 5 e 6 mostram o trabalho de coleta feito por uma cooperada em um dos condomínios parceiros do Programa com o auxílio do caminhão da Rede Lixo e Cidadania da Paraíba (RELICI-PB).[15]

Figura 5 - Coleta em Condomínio

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

[15] Rede formada por catadores de cooperativas e de associações das cidades de Campina Grande, Patos, Pombal, Itabaiana, Cajazeiras, Uiraúna, João Pessoa, Santa Rita e Bayeux.

Figura 6 - Caminhão da Rede coletando material doado por condomínio

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

- **Inclusão de Empresas no Programa**

Assim como os condomínios, as empresas reúnem um grande número de pessoas em um só local, prestando-se, portanto, à implantação de um programa de coleta como o desenvolvido pela UFCG. O envolvimento desse tipo de empreendimento tem proporcionado diversificação dos resíduos coletados e, consequentemente, o aumento da renda dos cooperados.

O contato com as empresas, possíveis parceiras, também é feito pela equipe do Programa. São efetuadas visitas *in loco* para acompanhamento e estudo da viabilidade de implantação da coleta seletiva naqueles locais. Em caso de aceitação da parceria por parte da empresa, é firmado um termo de adesão ao Programa. A partir de então, Universidade, empresa e COTRAMARE passam a dividir responsabilidades e firmam um acordo de destinação dos resíduos produzidos pela empresa. São, ainda, realizadas intervenções de educação ambiental e responsabilidade social através de palestras e oficinas nas semanas consagradas à segurança do trabalho.

Como forma de incentivo à responsabilidade socioambiental, a UFCG emite um certificado, atestando que, ao entregar os resíduos sólidos descartados à Cooperativa, a empresa atua junto ao Programa. Isso contribui para a imagem da

empresa que além de realizar um trabalho social, ao doar os resíduos, evita a poluição do meio ambiente e cumpre as normas legais quanto à destinação correta dos resíduos por ela produzidos uma vez que a Cooperativa é que passa a ter responsabilidade pelo resíduo coletado. Isso de deve ao fato de a COTRAMARE possuir licença ambiental concedida pela Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA), passando, assim, a ser responsável pela destinação final dos resíduos doados.

Participam do Programa empresas de diversos setores como metalurgia, construção civil, energia elétrica, alimentação, supermercados, bares, estabelecimentos de ensino, lanchonetes, hospitais, clínicas, cooperativas de crédito, instituições bancárias, fábricas de calçados e confecções, o que tem possibilitado a coleta de metais ferrosos, alumínio, sacaria, óleo de cozinha, vidro, além de papel e papelão. Recentemente, a COTRAMARE assinou mais um acordo de colaboração, desta feita com uma multinacional chinesa. Este é o primeiro acordo firmado entre a Cooperativa e uma multinacional. Espera-se que essa parceria renda muitos frutos para os cooperados e que seja o primeiro passo para a assinatura de novos acordos do gênero.

- **Oficinas de Reciclagem e de Reutilização**

Para que a coleta seletiva tenha êxito, é fundamental que os geradores sejam envolvidos no Programa. Para incentivar esse envolvimento da população, tanto na prática da reciclagem como na reutilização de resíduos descartados, são realizadas oficinas de confecção de papel reciclado, de *pufs* e bolsas - a partir de garrafas PETs -, de tulipas de pano, de porta-trecos e de *decoupage* em caixas de madeira.

Há, ainda, oficinas de confecção de sabão e velas a partir de óleo usado. São distribuídos recipientes para que a população colete e doe o óleo inservível para uso culinário, mas que é de grande importância na fabricação desses produtos. Essas oficinas têm grande aceitação por parte da população, sendo requisitadas por empresas, escolas públicas e privadas – envolvendo desde alunos de creches até universitários -, indústrias, igrejas, prefeituras de cidades vizinhas, Unidades Básicas de Saúde da Família, Sociedades de Amigos de Bairro, Clubes de Terceira Idade, entre outros.

A preparação de húmus, com a utilização de resíduos orgânicos gerados no *Campus I*, também é uma forma de incentivo ao não desperdício daquilo que pode

ser reaproveitado. O húmus é usado como moeda de troca na doação de material no PEV, uma vez que o doador recebe esse produto como forma de agradecimento pela colaboração com o Programa. Essa troca é um incentivo bastante utilizado em programas de coleta seletiva.

- **Assessoria Técnica à Cooperativa**

A equipe do Programa dá, também, suporte técnico à Cooperativa, assistência fundamental para que os cooperados possam participar de rodadas de negociação junto ao poder público, de audiências públicas e de editais com assessoria técnica de pessoal qualificado. Um exemplo disso foi a participação da equipe do Programa, juntamente com outros apoiadores, para a criação de uma rede de cooperativas de catadores de materiais recicláveis no estado da Paraíba, com a finalidade de fortalecer esses empreendimentos. Foi criada, então, a Rede Lixo e Cidadania da Paraíba, possibilitando aos catadores a participação em 3 editais do Projeto CATAFORTE[16]. Através desses editais, foi possível aos integrantes da Rede, entre eles a COTRAMARE, participar de cursos de relações humanas e gerenciamento de empreendimentos solidários e, ainda, adquirir dois caminhões para auxiliar nos trabalhos de coleta. Segundo um dos membros da diretoria da Cooperativa, havia, naquela época, a expectativa de a COTRAMARE passar a funcionar em um novo local, cedido pelo governo do Estado por um período de 10 anos. A conquista de uma nova sede, mais ampla e contando com novos equipamentos, evidencia o resultado positivo dessas ações na melhoria das condições de trabalho dos cooperados. Essa mudança é fruto, também, da participação da Cooperativa em edital da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)[17].

Como é possível observar, o Programa de Coleta Seletiva Solidária da UFCG não tem se limitado ao cumprimento do Decreto nº 5.940, no que diz respeito à coleta de materiais recicláveis produzidos pela comunidade acadêmica e sua doação à COTRAMARE.

---

[16] O Projeto Cataforte - Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias, iniciado em 2009, é uma parceria entre a Fundação Banco do Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente, Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Petrobras e Banco do Brasil tem por objetivo fortalecer e inserir as associações e cooperativas de catadores no mercado da reciclagem.

[17] A FUNASA é uma das instituições que apoiam o Projeto CATAFORTE permitindo ações que possibilitam assistência técnica e ampliação da estrutura física das cooperativas além da capacitação de lideranças e apoio à elaboração de planos de negócios.

O envolvimento de diversos setores extramuros e as intervenções de educação ambiental realizadas pela equipe do Programa têm contribuído para que a população da cidade de Campina Grande adote novos hábitos de descarte dos resíduos, separando-os em seus domicílios e empresas, suprindo, assim, uma deficiência da cidade que não dispõe, até o momento, de um programa de coleta seletiva.

Essa mobilização social aponta para reais possibilidades de melhorar as condições de vida dos cooperados e de assegurar sua permanência no meio urbano, dando, assim, maior visibilidade ao trabalho dos catadores.

3.2 A COOPERATIVA DE TRABALHADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (COTRAMARE)

A cidade de Campina Grande, segundo maior município do Estado, conta com uma população de 407.754 habitantes. Apesar dessa posição, a cidade ainda enfrenta sérios problemas no gerenciamento correto das 500 toneladas diárias de resíduos sólidos produzidos pela população. (Fonte: Secretaria de Serviços Urbanos de Campina Grande). Embora tenha encerrado as atividades do lixão desde 2012, em cumprimento ao que determina a PNRS, o Governo Municipal ainda não implantou a coleta seletiva no município com inclusão dos catadores, através de cooperativas e associações, exigência também prevista por essa política pública.

Não obstante esse problema, a cidade conta com 5 associações e cooperativas de catadores: Centro de Arte em Vidro (CAVI), Cooperativa de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (CATAMAIS), Associação de Recicláveis Nossa Senhora Aparecida (ARENSA), Cooperativa de Trabalho dos/as Catadores e Catadoras de Campina Grande (Cata Campina) e a Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis (COTRAMARE), esta última, objeto de nossa pesquisa. Esses empreendimentos solidários, juntamente com cooperativas de outras cidades paraibanas, formam a Rede Lixo e Cidadania da Paraíba, como referenciado anteriormente.

Tendo em vista a importância do trabalho desenvolvido pelos catadores na limpeza da cidade, na redução da quantidade de resíduos encaminhados para o aterro sanitário e na redução das despesas municipais com a limpeza urbana, a

Rede vem participando de rodadas de negociação com representantes da Prefeitura da cidade de Campina Grande, a fim de que os catadores sejam remunerados por tonelada de material coletado.

3.2.1 Apresentação e Funcionamento

A COTRAMARE, primeira cooperativa de catadores de materiais recicláveis do estado da Paraíba, foi criada em 2001, por cerca de 50 catadores do lixão da cidade, com ajuda da Igreja Católica e de outros apoiadores. Funcionando desde o ano de 2008 na Rua Santa Rita, nº 486, bairro Quarenta, a Cooperativa, que é conduzida por 6 membros escolhidos a cada 3 anos entre os cooperados, tem suas decisões tomadas de forma conjunta por todos os membros.

A figura 7 mostra a sede da COTRAMARE e os carrinhos utilizados pelos catadores na coleta porta a porta.

Figura 7 - Sede da COTRAMARE

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), sob o número 04.812.097/0001-98, a Cooperativa possui, desde o ano de 2009, Licença Simplificada concedida pela SUDEMA para as atividades de coleta, triagem e comercialização de material reciclável, renovada anualmente, de acordo com as determinações legais. Essa licença tem se revelado uma importante ferramenta de incentivo à adesão de um maior número de empresas colaboradoras. Autorizada a gerir os resíduos coletados nessas empresas, a Cooperativa se torna responsável pela sua destinação final. Dessa forma, a empresa geradora fica isenta do cumprimento das determinações legais no tocante à responsabilidade pelo descarte do resíduo produzido, conforme já mencionado. O benefício é, pois, bilateral. Ganham os catadores pela possibilidade de aumentar a renda e ganha a empresa porque, além de promover benefício social, tem a possibilidade de cumprir a legislação sem ter de se preocupar com a etapa final do processo, ou seja, a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos produzidos.

Quando ainda funcionava no lixão, a COTRAMARE chegou a ter 80 cooperados e dispunha de galpão para separação de material e de fábrica de vassouras e de papel reciclado. Toda essa estrutura de trabalho foi perdida, porém, por ocasião de um incêndio ocorrido no lixão, tendo sido necessário, inclusive, proceder à demolição da estrutura física por questão de segurança. Entretanto, o que poderia ter significado o fim da Cooperativa, transformou-se em recomeço. Tendo em vista que apenas as cooperativas cuja infraestrutura possibilitava a triagem e a classificação de resíduos recicláveis podiam receber o material coletado junto aos órgãos federais, os apoiadores, entre eles a UFCG, retiraram os catadores do lixão e os transferiram para um novo galpão onde viria a ser instalada, no ano de 2008, a Unidade de Coleta Seletiva Solidária, como mencionamos anteriormente. O temor de não serem acolhidos pela comunidade e de haver redução no quantitativo de material coletado, habitualmente, no lixão fez com que muitos catadores deixassem a Cooperativa. Por esta razão, apenas 20 cooperados aceitaram a proposta de transferência para aquela unidade de coleta. (CIRNE; BARBOSA, 2010, p. 121).

De acordo com um dos membros da COTRAMARE, quando deixaram o lixão e se instalaram na cidade, o que eles coletavam era insuficiente para a sobrevivência do empreendimento. Esse fato exigiu que os apoiadores suprissem suas necessidades básicas e de suas famílias com a doação de cestas básicas,

além de fardamentos, equipamentos de segurança, carrinhos de coleta, prensa e balança, pagamento de água, energia, gás e aluguel da sede da Cooperativa. A partir de 2012, a prefeitura da cidade assumiu as despesas com o aluguel e passou a contribuir com combustível para abastecer um dos caminhões utilizados na coleta e com a cessão de dois motoristas.

Quando de sua inauguração, o prédio da Cooperativa, medindo cerca de 1000m^2, era suficiente para acomodar os resíduos recolhidos. Oito anos depois, no entanto, com o aumento do quantitativo de material coletado na UFCG, como mostrado no capítulo anterior, e as intervenções de educação ambiental que têm proporcionado um maior envolvimento da sociedade, a estrutura física da Unidade de Coleta Seletiva Solidária se tornou pequena para acondicionar o volume de materiais coletados, o que pode ser constatado nas figuras 8 e 9.

Figura 8 - Galpão da COTRAMARE

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Figura 9 - Trabalho de separação dificultado pela falta de espaço para armazenamento do material coletado.

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Tendo em vista a exiguidade de espaço em que estavam trabalhando seus integrantes, a Cooperativa mudará mais uma vez de endereço, passando a funcionar desta feita no bairro Monte Santo, em prédio cedido pelo Governo do Estado, como já referenciado, ficando, dessa forma, os cooperados isentos do pagamento de aluguel do imóvel. Na nova sede, além dos equipamentos já existentes, os cooperados contarão, também, com balança eletrônica, empilhadeira, mais uma prensa e mais uma mesa de separação. Esses novos equipamentos são uma conquista dos cooperados junto à FUNASA, órgão governamental que também participa do projeto CATAFORTE, através de assistência técnica, capacitação de catadores, melhoria da infraestrutura de cooperativas e associações de catadores, entre outras ações. A expectativa, segundo representante da Diretoria, é que a transferência da COTRAMARE, para uma outra região da cidade, possibilite ampliação da área de coleta, permitindo que mais catadores possam participar das atividades da Cooperativa.

As coletas porta a porta e as doações permitem que os cooperados possam contar com uma renda média de um salário mínimo ao final de cada mês. Esse valor

pode variar, para mais ou para menos, uma vez que depende do montante coletado. Apesar da visível melhoria nas condições financeiras da Cooperativa, ainda não foi possível fazer uma poupança para eventuais despesas extras, tendo em vista que, ao final de cada mês, além das despesas com água, energia e gás, é feita uma reserva financeira para as despesas de vistoria e emplacamento dos transportes utilizados nas coletas. (Fonte: Membro da Diretoria).

Como meio de divulgação do trabalho desenvolvido pelos cooperados junto à comunidade, a COTRAMARE possui um *site* na internet - http://www.cotramare.org - onde é possível encontrar tanto informações sobre a Cooperativa quanto instruções de como participar da coleta seletiva - maneira correta de separar os resíduos produzidos e indicações dos que são passíveis de reciclagem. Essa iniciativa foi uma excelente forma de conscientizar a população com relação à importância da coleta seletiva para o meio ambiente e, principalmente, para a sobrevivência da Cooperativa. O Quadro 3 contém essas e outras informações acerca das atividades da COTRAMARE.

Quadro 3 - Informações sobre a COTRAMARE, tendo por base o folder da Cooperativa.

Objetivo principal	Promover a organização socioeconômica e a melhoria das condições de trabalho e renda dos catadores.
Atividade dos cooperados	Coletar, separar, prensar, enfardar e comercializar os resíduos recicláveis.
Material coletado	**Plástico**: Embalagens de produto de limpeza, garrafas plásticas, tubos e canos, potes de cremes e shampoos, baldes e bacias, restos de brinquedos, sacos de leite, entre outros. **Papéis:** Jornais, listas telefônicas, folhetos comerciais, papéis de embrulho, folhas de caderno, revistas, folha de rascunho, caixas de papelão, caixas de brinquedos e caixas longa vida ou tetra pak. **Vidro:** Garrafas, cacos de vidro e vidros de conserva. **Metal:** Latinhas de cerveja, refrigerante e enlatados, objetos de cobre, alumínio, lata, chumbo, bronze e zinco. **Óleo de cozinha usado**

Material não coletado	Restos de alimentos cozidos, papel higiênico, fraldas descartáveis, absorventes higiênicos, lenços e guardanapos de papel, curativos, cerâmicas, louças, isopor, acrílico, fitas e etiquetas adesivas e fotografias.
Como a população pode ajudar	Separando, em casa, os resíduos recicláveis que serão recolhidos pelos cooperados em dia e horário preestabelecidos. Observação: Os resíduos não recicláveis continuarão sendo recolhidos pelo serviço de coleta convencional de responsabilidade da prefeitura
Como acondiconar o material reciclável	Vidros, objetos pontiagudos: embalar em jornal, evitando que os catadores se acidentem. Óleo de cozinha: armazenar em garrafas PET devidamente fechadas. Todos o materiais devem estar limpos/secos e podem ser entregues em embalagem única.
Endereço	Rua Santa Rita, 486, Bairro Quarenta, Campina Grande, PB, Telelfone: 98700-1416
Contato	Cotramare68@yahoo.com.br contato@cotramare.org
Horário de funcionamento	De segunda a sexta-feira das 08:30h às 16:00h

Fonte: Adaptado do folder da COTRAMARE, 2016

A sede da Cooperativa possui 2 pavimentos, sendo um térreo e um subsolo. A parte térrea se compõe de uma área maior utilizada para atividades de armazenamento, separação e prensagem dos materiais que foram coletados durante o dia, além de contar com um banheiro e um outro ambiente menor, usado como escritório. Nesse espaço, são guardados os documentos necessários ao funcionamento da Cooperativa, além de carimbos e demais materiais de expediente. Os catadores dividem o espaço maior com os equipamentos utilizados para o trabalho de prensagem e separação, ou seja, a prensa e a mesa de separação utilizada para colocação dos materiais recolhidos que serão posteriormente separados e distribuídos, de acordo com a sua composição, em grandes sacos, designados pelos catadores como begs ou robôs.

O subsolo abriga uma grande sala com mesa e cadeiras, utilizada para reuniões, descanso e refeições, além de dois outros ambientes pequenos, utilizados pelos catadores como vestiário e, ainda, de uma pequena cozinha com utensílios domésticos. Há, ainda, uma área externa utilizada para colocar equipamentos

eletrônicos inservíveis que serão, posteriormente, desmontados para retirada do arame de cobre.

Foi possível observar que os resíduos recicláveis recebidos se amontoavam por todo o galpão e ocupavam todos os espaços da Cooperativa, inclusive o único local de lazer e descanso disponível, ficando os trabalhadores “cercados” pelos materiais coletados.

A figura 10 mostra o galpão da cooperativa totalmente tomado pelo material coletado, dificultando o trabalho dos catadores.

Figura 10 - Galpão completamente tomado pelo material coletado

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

O espaço físico de que dispõe a Cooperativa, como mencionado, mostra-se pequeno para o volume de resíduos coletados, principalmente porque não há um local reservado para separá-los dos equipamentos como prensa e carrinhos, necessários ao perfeito andamento dos trabalhos. Ao término das tarefas diárias, os carrinhos precisam ser guardados e, dependendo do volume de material recolhido, torna-se difícil acondicioná-los no pouco espaço existente. Esse fato foi destacado

pelos cooperados Joaquim, Antônia e Luís, quando da realização das entrevistas, ao serem perguntados sobre o espaço onde desenvolvem suas atividades:

> *"É muito apertado. Realmente esse espaço aqui é apertado demais pra gente. Porque quando tá cheio mesmo aqui... tem mês aqui que a gente num tem nem como saí. Vai saindo por cima dos troço."* (Joaquim).
>
> *"Tá muito apertado. Quando é na primeira semana não. Mas na terceira semana vai cabendo a gente e os troço muito mal."* (Antônia).
>
> *"Aqui, acho o galpão pequeno pra guardá os troço. Pra botá os fardo, tem que tirá os begs".* (Luis)

Mesmo após a prensagem e confecção dos fardos para revenda, o espaço tem se mostrado pequeno. Como as vendas são feitas apenas mensalmente, à medida que se aproximavam os últimos dias de cada mês, o trabalho diário ia se tornando cada vez mais difícil de ser realizado. Sobre esse fato, assim se colocaram Fátima e Pedro:

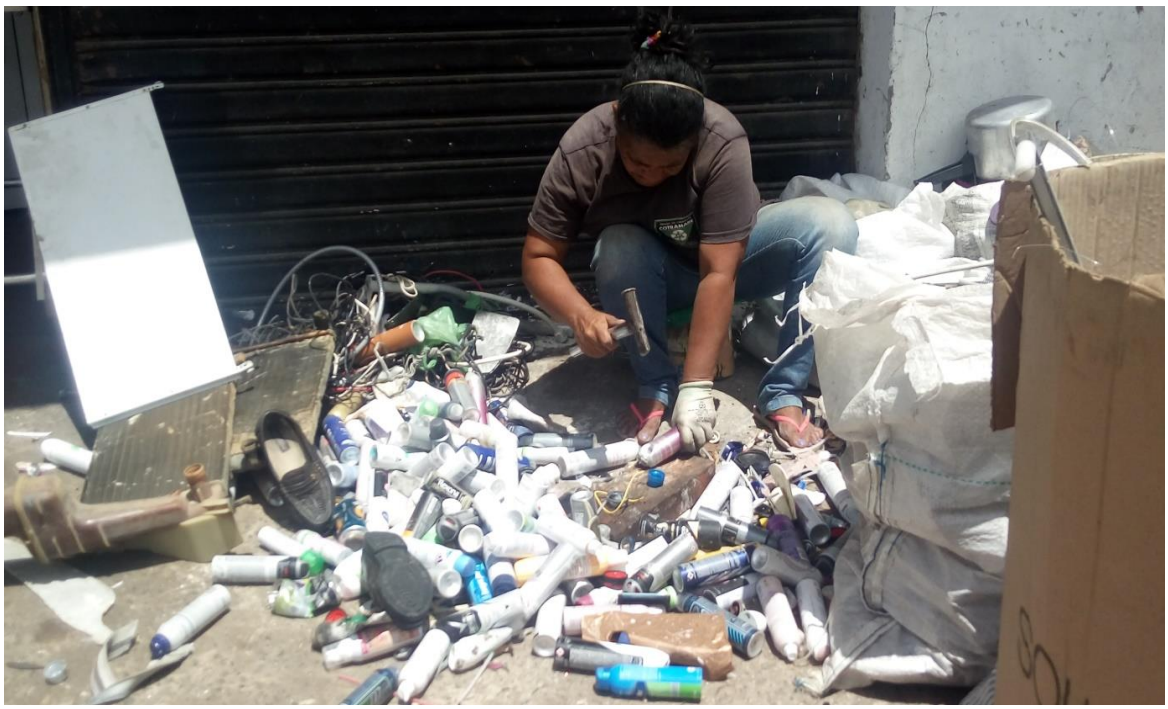
> *"Nós vai prum maior porque aqui tá muito apertado. Nós vai pra um maior. Tá apertado porque quando a gente imprensa e começa a empilhá fica um negócio apertado. Tem hora que a gente fica doidinha."* (Fátima).
>
> *"No começo, pra quem veio do lixão, no começo, tava dando certo pra nós. Agora num dá não porque cresceu e tem muito materiais. Chega muito materiais. Aí só vende por mês aí fica tudo ´mutuado`. Fardo imprensado material solto. Tem que ficá de frente da cooperativa, o dia todim pra de noite quando fô fechá, colocá tudo pra dentro porque num tem canto lá dentro."* (Pedro)

As figuras 11 e 12 evidenciam a exiguidade do espaço disponível para armazenamento do volume de resíduos coletados, o que obrigou uma das cooperadas a realizar seu trabalho na calçada da Cooperativa.

Figura 11 - Imagem do galpão em final de mês. Em primeiro plano, vemos a prensa e ao fundo uma das catadoras trabalhando.

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Figura 12 - Cooperada trabalhando na calçada da Cooperativa



Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Ao chegarem, sempre por volta das 7:30 horas, e depois de verificarem as condições dos carrinhos de coleta e organizarem o galpão para as atividades a serem desenvolvidas durante o dia, os cooperados reuniam-se no subsolo onde tomavam o café da manhã.

O trabalho era dividido entre todos, não havendo distinção em função do cargo ocupado. Existia hierarquia, apenas, quando se tratava de receber visitantes, o que era feito por um membro da Diretoria e porta-voz do grupo. Afora isso, todos dividiam o trabalho por igual. Constatamos que eles procuravam manter o local de trabalho sempre limpo, embora o espaço fosse utilizado, também, para armazenamento do material coletado.

Ao terminarem o café da manhã, e já com as tarefas do dia definidas, começava, efetivamente, o dia de trabalho para todos. Os catadores saíam para a coleta porta a porta em 9 bairros da cidade, sempre em dupla, portando equipamentos de segurança como luvas e botas e devidamente identificados através de camisetas com a logomarca da COTRAMARE. De acordo com os relatórios analisados, os catadores eram orientados quanto à maneira de se portarem e de abordarem os doadores, bem como quanto ao uso de equipamentos de segurança. É importante lembrar que, no início do Programa, eles recebiam, também, orientações sobre as leis de trânsito uma vez que não conheciam as ruas da cidade por se afastarem, raramente, do lixão onde viviam e trabalhavam.

Foi possível constatar que o número de homens e mulheres era praticamente igual, ou seja, ali trabalhavam 7 homens e 6 mulheres, desempenhando as mesmas tarefas, sem que houvesse distinção quanto ao sexo, embora os homens sempre fossem os responsáveis por puxar os carrinhos enquanto, às mulheres, cabia o papel de manter o contato direto com a população. Isso não impedia, no entanto, que, havendo poucos homens, as mulheres assumissem essas duas tarefas. Um desses fatos foi, inclusive, citado quando a cooperada Maria relembrou uma época em que só havia mulheres na Cooperativa e eram elas que faziam todo tipo de tarefa.

> *“Aqui só a questão do carrinho que a mulher não puxa. Mas eu já puxei. Houve uma época em que só tinha 6 pessoas e ia 2 mulheres.”* (Maria)

Outro cooperado disse:

“Mulher, aqui, faz de tudo. Igual a gente” (Joaquim).

A exemplo também do trabalho de prensar os materiais, tarefa geralmente efetuada pelos homens, o de separação do material coletado era realizado, predominantemente, pelas mulheres. Isso não significa, porém, que havia um acordo tácito sobre a divisão de tarefas. Todos foram unânimes em dizer que coletavam, separavam, faziam de tudo.

Os cooperados que não saíam para a coleta porta a porta, distribuíam-se em atividades no próprio galpão, na coleta junto aos colaboradores ou, ainda, no atendimento a algum chamado da comunidade, feito através do disque-coleta. Ao meio dia, todos estavam de volta ao galpão, onde almoçavam e descansavam. À tarde, enquanto alguns davam continuidade à coleta porta a porta, um grupo se dedicava à separação e prensagem dos materiais coletados que já estavam armazenados no galpão e outros, enfim, tinham a responsabilidade de apanhar doações previamente agendadas.

O expediente de trabalho na COTRAMARE estendia-se até as 16:30 horas. Na semana de venda dos materiais, no entanto, devido ao grande volume de trabalho, os catadores permanecem na Cooperativa até que todas as atividades sejam concluídas ultrapassando, muitas vezes, o horário preestabelecido. Uma vez por semana é realizada a coleta na UFCG, nos condomínios e nas empresas parceiras do Programa.

Além da coleta porta a porta e da doação proveniente dos órgãos federais, por determinação do Decreto nº 5.940, a COTRAMARE vem recebendo, através da intervenção da equipe do Programa da UFCG, material doado por 23 condomínios horizontais e verticais de Campina Grande, 25 empresas de natureza diversa, 9 clubes de serviço, escolas públicas e privadas, hospitais (resíduos sólidos da área administrativa), restaurantes, instituições financeiras, Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional da Indústria (SENAI), Federação das Indústrias da Paraíba (FIEP), entre outros estabelecimentos. (Fonte: CIRNE *et al.* (2016) e Relatórios PROBEX).

A figura 13 mostra o momento em que um dos cooperados deixa a sede da cooperativa para iniciar seu trabalho de coleta pelos bairros da cidade.

Figura 13 - Cooperado deixando a sede da COTRAMARE para realizar coleta porta a porta

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

À época da pesquisa, a Cooperativa contava, oficialmente, com 20 trabalhadores cadastrados. No entanto, tendo em vista que 7 cooperados estavam afastados, apenas 13 participavam, efetivamente, das atividades de coleta, separação e venda dos resíduos doados. (Fonte: Membro da diretoria).

Concluída a descrição do funcionamento e da organização da COTRAMARE, passamos à apresentação dos sujeitos que participaram de nosso estudo.

3.2.2 Caracterização dos Sujeitos

Os membros da COTRAMARE que participaram das nossas entrevistas eram pessoas simples, muitos deles com pouca ou nenhuma instrução formal. Eles demonstravam, porém, que educação, gentileza e companheirismo não estavam necessariamente associados aos bancos escolares.

O período de convivência com os cooperados mostrou-nos o dia a dia de luta e sacrifícios daquelas pessoas na realização de um trabalho pesado em condições pouco favoráveis. Além de trabalharem na coleta de rua, ao voltarem à Cooperativa para a etapa de separação do que fora recolhido, ainda tinham que trabalhar em um espaço físico muito aquém do necessário para um ser humano desenvolver qualquer

atividade. Pela foto a seguir, podemos ver o quanto o espaço tornava-se exíguo com o abarrotamento dos materiais recebidos.

Figura 14 - Registro da superlotação do galpão da COTRAMARE

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Mesmo assim, eles trabalhavam sem queixas e mostravam-se sempre esperançosos quanto à possibilidade de melhores condições de trabalho por conta do novo espaço onde passariam a trabalhar, conforme destacaram alguns cooperados:

> *"Agradeço esse espaço porque... Mas está faltando mais espaço. É pequeno aqui, muito pequeno... para o material... Como você não tem como botar os carrinhos pra dentro... muito pequeno. Merecemos coisa melhor. Futuramente vamos conseguir. Já conseguimos. É só terminar e ir pra lá. Esse ano sai. Fé em Deus."* (Maria).

> *"Nós vamo recebê um mais melhó do que esse aqui. Num tem como organizá o material mas assim mermo a gente somos grato. Eu mesma sou grata a esse espaço que a gente tá hoje."* (Lúcia)

Eles demonstravam, ainda, muito orgulho do papel que desempenhavam e das conquistas alcançadas com o suor de seu trabalho. Eram pessoas sofridas, algumas com um histórico de vida na catação: 5 delas viveram no lixão da cidade e outros assumiram essa nova forma de trabalho por contingências da vida, seja pela perda do trabalho que tinham, seja pela falta de oportunidades.

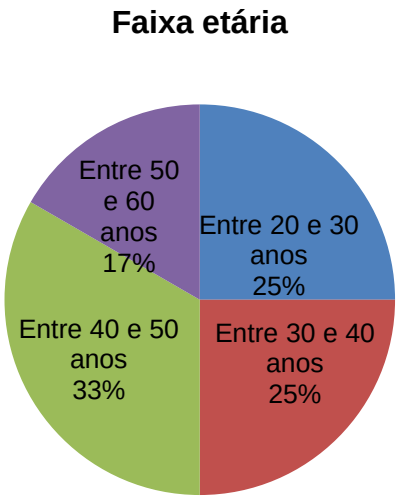
As entrevistas realizadas com os catadores da COTRAMARE possibilitaram um maior conhecimento das condições de vida e de trabalho daquelas pessoas: grau de instrução, tipo de moradia, trajetória ocupacional, papel como agentes ambientais, representatividade da coleta seletiva em suas vidas e significado do trabalho como catador de material reciclável. Através de suas falas, pudemos extrair importantes relatos a respeito da percepção que tinham sobre seu papel na defesa do meio ambiente, sobre a Cooperativa e sobre o Programa de Coleta Seletiva Solidária da UFCG.

Os sujeitos que foram incluídos em nosso estudo perfaziam um total de 12 cooperados divididos igualmente entre homens e mulheres. Quanto à naturalidade, 10 deles eram nascidos em Campina Grande, 1 no distrito de Massaranduba e 1 em Caicó, no Rio Grande do Norte.

Quanto ao recebimento de benefícios sociais, a maioria disse fazer parte do Programa Bolsa Família.

Com relação à faixa etária, 3 cooperados se situavam entre 20 e 30 anos, 3 entre 30 e 40 anos, 4 entre 40 e 50 anos e 2 entre 50 e 60 anos, conforme podemos ver no gráfico 2.

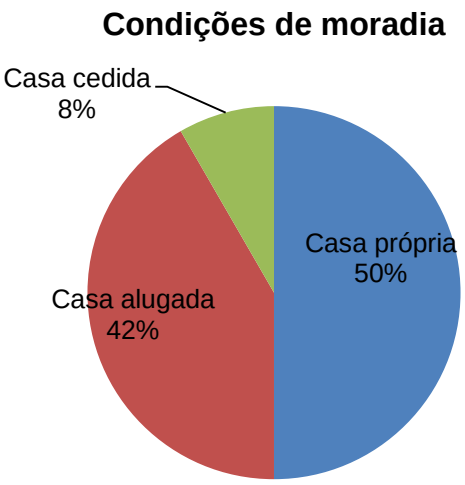
Gráfico 2 – Faixa etária



Fonte: Dados da pesquisa, 2016

No que diz respeito às condições de moradia, 6 catadores disseram possuir casa própria, 5 moravam em casa alugada e 1 não pagava aluguel por morar em uma casa cedida pela ex-sogra, conforme mostrado no Gráfico 3.

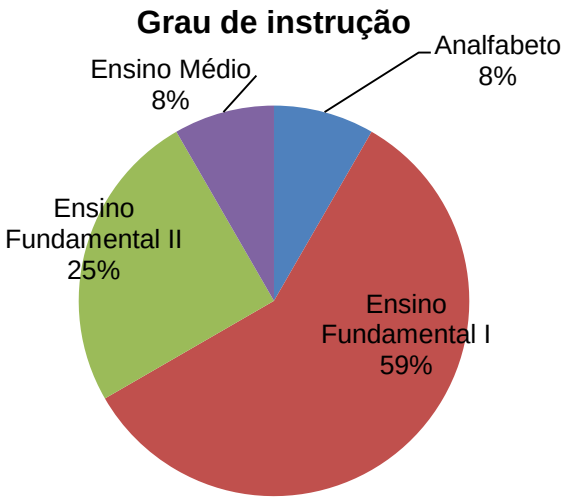
Gráfico 3 – Condições de moradia



Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

No que se refere ao grau de instrução, conforme mostrado no gráfico 4, a maioria dos cooperados possuía apenas o Ensino Fundamental incompleto. Um deles, embora tivesse frequentado a escola, não sabia ler nem escrever. Dois outros cooperados começaram a segunda fase do Ensino Fundamental, mas abandonaram os estudos pela necessidade de trabalhar para sustentar a família. Uma das cooperadas frequentou a escola até o primeiro ano do ensino médio mas teve que interromper os estudos em razão de uma gravidez na adolescência. Um exemplo de força e perseverança, é importante destacar, é a atitude da cooperada Maria que, embora tenha iniciado sua vida de catadora aos 9 anos de idade, dentro do lixão, não desistiu dos estudos, estando, por ocasião da realização das entrevistas, cursando o 9º ano. Ela representou um caso isolado uma vez que das 12 pessoas entrevistadas, a maioria alegou falta de disposição para estudar depois de passar o dia inteiro no serviço pesado de coleta e separação dos materiais.

Gráfico 4 – Grau de instrução



Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Apesar de a maioria ter deixado de frequentar a escola, todos os entrevistados salientaram a importância do estudo, principalmente, para a conquista de melhores condições de vida e de trabalho. Eles mostravam-se conscientes da necessidade de aumentar a escolaridade uma vez que a maioria das vagas de trabalho exigia a submissão a algum tipo de prova.

A preocupação com o estudo estava presente em cada um deles, tanto nos homens quanto nas mulheres, independentemente da faixa etária. Aqueles que não deram continuidade aos estudos sentiam o peso de sua importância, como nos mostram os cooperados Pedro e Lúcia:

> *"O estudo é muito importante pra vida de todo mundo. Mas eu fiz o contrário. Eu abandonei a sala de aula pra trabaiá. Aí, tirei todos os meu documento, assinava com o dedo. Quando eu aprendi a assiná meu nome, lê um pouquinho eu tirei a segunda via de tudim de novo". (Pedro).*

> *"[...] eu num tive oportunidade de estudá. Porque eu trabalhava pra ajudar meus pais dentro do lixão ou eu ia pra escola. Minha escola desde os nove ano foi o ganho de cavá lixo. O estudo é muito importante[...]" Lúcia*

Os mais jovens, embora alegassem cansaço, se diziam dispostos a, um dia, retomar os estudos. Já os mais velhos, com idade entre 39 e 59 anos, alegaram não ter mais

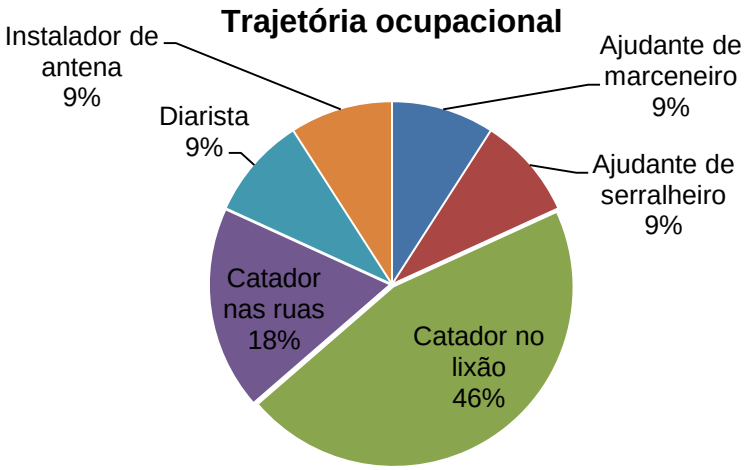
idade para nutrir esse projeto. Talvez isso se devesse à sua rotina estafante porque alguns deles trabalhavam desde a infância para ajudar no sustento da família. Chamou nossa atenção, o fato de pessoas com menos de 40 anos se sentirem velhas para voltar à escola.

Foi possível perceber, ainda, que para essas pessoas, bastava aprender a assinar o próprio nome para apor sua assinatura nos documentos.

Outro fato importante foi que, embora a vida não lhes tivesse dado chance de estudar, qualquer que tenha sido o motivo - optar entre a escola e ajudar os pais ou exercerem alguma atividade que impossibilitasse a continuação dos estudos -, todos foram unânimes em afirmar que incentivavam seus filhos a estudar. Os entrevistados queriam que os filhos tivessem mais chance do que eles tiveram e não repetissem suas histórias de vida.

A trajetória ocupacional dessas pessoas era diversificada. A grande maioria sempre se dedicou à catação, variando apenas o local e a forma como essa atividade era executada. O gráfico 5 mostra o que acabamos de colocar.

Gráfico 5 – Trajetória ocupacional



Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Duas catadoras trabalharam como autônomas pelas ruas da cidade e tinham histórias semelhantes. Ambas precisavam sustentar seus filhos e encontraram, nessa atividade, a única forma de sobrevivência. A cooperada Antônia foi abandonada pelo marido, juntamente com 3 filhos menores. A outra catava nas ruas

na companhia dos dois filhos pequenos onde permanecia até 11:30 h da manhã quando retornava para casa para que os filhos frequentassem a escola no período da tarde. Mesmo tendo essa preocupação, foi denunciada à assistência social o que, na sua opinião, foi uma atitude injusta uma vez que ela tinha o cuidado de mantê-los na escola. Talvez pelo fato dela própria ter começado a trabalhar ainda criança para ajudar seus pais, ela tenha acabado achando natural que seus filhos também a ajudassem em seu trabalho. Em sua ótica, ela estava ensinando seus filhos a trabalhar, preparando-os para a vida. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente proíba, radicalmente, o trabalho infantil, através de uma legislação que prevê a punição dos pais que "exploram" seus filhos, há situações que, muitas vezes, expressam uma realidade em que as mães não têm com quem deixar seus filhos como, por exemplo, a insuficiência de creches.

Um cooperado trabalhou em lixões nas cidades de Caicó e Mossoró, em um estado vizinho, tendo se transferido para o de Campina Grande após o encerramento do lixão da cidade de Mossoró. Os demais sobreviviam da catação havia mais de 15 anos. Quatro estavam na Cooperativa desde a sua fundação, em 2001, e outros 2 só passaram a fazer parte da COTRAMARE quando esta foi transferida para a região central da cidade.

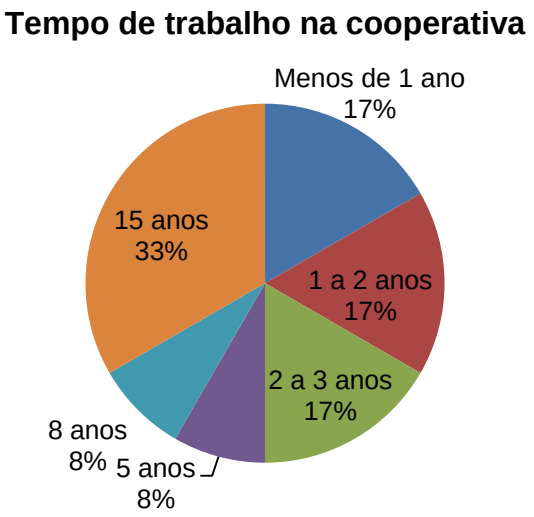
As histórias de algumas dessas pessoas mostraram como a catação estava entrelaçada com a história de suas vidas. Em alguns depoimentos, foi possível perceber que elas levavam uma vida difícil e que aceitavam toda aquela provação como algo inevitável, embora tenham se queixado, com frequência, do fato de terem de trabalhar sem equipamentos de segurança e em meio a sol e chuva. No entanto, o que mais as incomodava, ainda era o preconceito que persistia em relação à figura do catador, apesar deste ter tido sua profissão reconhecida desde 2002.

Entre os catadores que desempenharam uma atividade diferente da catação, havia um que tinha optado pela Cooperativa porque, embora gostando do trabalho que desempenhava em outra cidade, só podia ver o filho a cada 15 dias e esse tempo para ele era insuficiente. Foi uma opção pessoal e ele mostrava-se satisfeito com sua ocupação de catador. Essa situação não se repetiu com outros dois cooperados que deixaram o trabalho em virtude de ter havido corte de pessoal no estabelecimento onde trabalhavam anteriormente, o que os obrigou a recorrer à Cooperativa. Para eles, tratava-se de um trabalho temporário uma vez que

sonhavam em poder voltar a exercer suas antigas funções, ou, até outra, desde que pudessem ter um trabalho fixo, com carteira assinada.

O tempo de trabalho na Cooperativa, conforme mostrado na figura 6, também variava bastante. Enquanto havia 4 catadores que estavam na COTRAMARE desde a sua fundação em 2001, havia um que, embora tenha vivido da catação e trabalhado no lixão da cidade, só tinha passado a participar do trabalho cooperado quando da transferência da Cooperativa do lixão para um bairro próximo ao centro de Campina Grande. Duas catadoras que trabalhavam de forma independente pelas ruas da cidade, decidiram integrar a cooperativa: uma havia 5 anos e outra havia 2 anos. Os demais cooperados estavam na COTRAMARE havia menos de 3 anos

Gráfico 6 - Tempo de trabalho na Cooperativa



Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Quando questionados sobre o tempo de não trabalho, todos disseram gostar de ficar em casa ao lado da família. Perguntados sobre a questão do lazer, foram unânimes em afirmar que depois que passaram a trabalhar na COTRAMARE tinham mais momentos livres para descanso e lazer nos finais de semana e em dias feriados do que nos seus antigos locais de trabalho. A fala das cooperadas Fátima e Lúcia deixa claro como era a luta diária dessas pessoas para sobreviverem e criarem seus filhos, sem direito a nenhum descanso.

> "*Eu trabaiava de domingo a domingo. Pensa que a gente catá pra gente é como tá catando pra qui? Catava de manhã, separava de tarde pra vendê no dia seguinte. Já comprava o leite de Larissa e as coisa que faltava."* (Fátima)

> "*No lixão, trabalhava de sábado a domingo e de noite. Quanto mais arrecadava era mais alimentação pra minha mesa."* (Lúcia)

Esta era a avaliação feita, principalmente, por aqueles que sempre trabalharam como autônomos na catação uma vez que seus ganhos dependiam da quantidade de resíduos coletados diariamente. Essa preocupação não existia para o cooperado tendo em vista que o dinheiro arrecadado ao final de cada mês, na Cooperativa, era rateado entre todos.

No próximo capítulo apresentamos o resultado da análise das entrevistas realizadas com os catadores da COTRAMARE, momento central de nosso trabalho de campo.

4 PERCEPÇÕES DOS CATADORES DA COTRAMARE

Apresentamos, neste capítulo, uma análise da percepção dos entrevistados sobre alguns aspectos relacionados à sua atuação como catadores cooperados. Para uma melhor apresentação do resultado de nossas análises, optamos por dividir nosso trabalho nos seguintes eixos temáticos: meio ambiente, condições de vida e de trabalho e Programa de Coleta Seletiva Solidária da UFCG.

4.1 PERCEPÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE

Se há alguns anos, em nosso país, os catadores de garrafa e papelão se preocupavam, exclusivamente, em tirar daquela atividade o suficiente para sustentarem suas famílias, hoje, a visão do catador vai muito além das questões financeiras.

Obviamente, a questão da sobrevivência continua sendo o principal fator a fazer com que milhares de homens e mulheres saiam às ruas em busca do que é descartado pela população, para, com esse trabalho, poder proporcionar uma vida mais digna para eles e suas famílias. Aos poucos, porém, os catadores vêm percebendo que a atividade por eles desenvolvida tem papel preponderante, também, para a defesa do meio ambiente.

O catador é, na realidade, o principal elo da cadeia da reciclagem. É ele que transforma o que a princípio era “lixo” em algo que, através da reciclagem, se tornará um novo produto proporcionando, desta forma, economia de matéria-prima e aumento da vida útil dos aterros sanitários. Sua ação também evita a contaminação da água, do solo e do ar uma vez que esse material coletado deixa de ser levado para os lixões.

Questionamo-nos então: será que os sujeitos de nosso estudo tinham consciência do seu papel como principais protagonistas das ações de preservação do meio ambiente? Foi procurando resposta para essa e outras questões que conduzimos nosso trabalho de campo. Limitamo-nos, porém, a fazer uma análise da percepção dos cooperados da COTRAMARE acerca do que eles pensavam sobre a importância do seu trabalho para o meio ambiente. Embora constatando que eles tinham consciência desse fato, não nos aprofundamos para saber se essa tomada de consciência tinha decorrido de ações de entidades que lidam diretamente com

esses trabalhadores, tal como o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

Quando perguntamos a uma de nossas cooperadas de que forma a Cooperativa tem ajudado o meio ambiente, ela assim se colocou:

> *"Como tem melhorado? Só a gente recolher essas tonelada de material porta a porta já tem melhorado muito o meio ambiente, né? Porque é um material que deixa de ir pro aterro, que a gente tá recolhendo e tá tendo retorno também pra gente."* (Lúcia)

Por esse depoimento, nossa entrevistada nos explicitou, com clareza, sua percepção sobre a importância do seu trabalho para o meio ambiente, bem como apontou para a necessidade de se reduzir o material a ser levado para o aterro sanitário proporcionando, assim, aumento de sua vida útil. Ela reconheceu, também, que havia um benefício mútuo nessa tarefa. Não era apenas o meio ambiente que se beneficiava com suas ações, mas todos: população, Cooperativa e cooperados.

A cada dia, o mercado recebe novos produtos cujas embalagens, se não tiverem uma destinação ambientalmente correta, contaminarão o meio ambiente por muito tempo. Os materiais de que são feitas podem levar até centenas de anos para se decomporem, o que reforça, indubitavelmente, a necessidade de reutilização e/ou reciclagem dos resíduos sólidos, como bem nos falou outra de nossas entrevistadas:

> *"[...] a pessoa poder catar, pegar o material, né? Trazer pra cá (a cooperativa) e não levá pro aterro sanitário, né? Porque demora muito pra desmanchar, né? Esses materiais... então, acho que isso é importante, né? Acho que garrafa PET, pra desmanchar, é um bocado de ano, né isso? Só vindo pra cá, a gente tá tirando do meio ambiente, né?"* (Maria)

A consciência quanto à necessidade de proteger o meio ambiente e o orgulho do trabalho que desenvolviam estavam sempre aliados a queixas pela falta de cuidado por parte da população que não separava o lixo do que podia ser reciclado. Essa atitude dificultava o trabalho do catador ou, ainda pior, contribuía para que tudo - lixo e reciclável - fosse encaminhado para o aterro sanitário pelo serviço de coleta do município. Isso, como é do conhecimento de todos, gera problemas ambientais, diminui a vida útil do aterro e leva ao desperdício de materiais que poderiam ser

vendidos para as indústrias de reciclagem, assegurando trabalho e renda para os catadores e contribuindo para a economia do país. Antônia assim se colocou sobre a importância do seu trabalho:

> *"Vê que isso (referindo-se ao trabalho da Cooperativa) é um benefício. E tê mais consciência e fazê a seleção do material e não botá dentro do lixo. Separá recicrável prum canto e lixo pro outro, que a gente tem os dia de passá. [...] Acho que isso é fazê um benefício ao meio ambiente*. " (Antônia)

Essa catadora, apesar de nunca ter aprendido a ler e a escrever, em sua simplicidade, revelou-se sensível para com os problemas do meio ambiente, como podemos constatar em sua fala:

> *"[...] abrí a consciência assim e vê que o nosso praneta tá morreno. E a gente que contribui pra isso... Na sujeira. No dia a dia da sujeira. Vê aí o inverno. Cadê? Tem inverno? Os açude secando, todo mundo precisando de água. Chuva que é bom, nada. Isso é de que? Através da gente que sujamo o meio ambiente. Então tá poluindo, o meio ambiente tá dando o troco a gente. Todo mundo tem de tê consciência nisso."* (Antônia)

Ao se referir a uma moradora que indagou-lhe sobre o benefício que teria ao doar material reciclável, mais uma vez ela nos surpreendeu por sua lucidez ao dizer:

> *"Eu mermo digo, nada, mas a sinhora tá fazendo um favô ao meio ambiente e futuramente aos seus neto, seus bisneto, sua geração de sua família que vem aí porque o que a gente retira da natureza evita de enchê os código (*córregos[18]*) quando tem inverno, de ir pra quem já mora nas beira de rio, de enchê as casa de quem é mais humilde."* (Antônia)

A exemplo da cooperada Antônia, os demais envolvidos nas atividades da COTRAMARE mostraram-se esclarecidos e preocupados com a questão ambiental. Em várias ocasiões, eles se referiram, com certa crítica, à existência de terrenos baldios e de outros locais com essas mesmas características, onde eram lançados resíduos, sem nenhum cuidado. Todos foram unânimes ao ressaltar a importância do trabalho que desenvolviam em defesa do meio ambiente e da coletividade de um

[18] Explicação da autora

modo geral. Percebemos que os membros da COTRAMARE mostravam ter uma noção bastante clara do que se devia ou não fazer com os resíduos descartados.

Ao analisarmos os relatórios do Programa de Coleta Seletiva Solidária, observamos que os catadores participavam das reuniões realizadas junto às empresas e condomínios quando da apresentação do Programa para cooptação de novos parceiros. Ao ser questionada sobre a participação dos cooperados nessas reuniões, uma das entrevistas disse que

> *"[,,,] explicam quem são, o que fazem, pra onde vão, o valor do material para a cooperativa."* (Maria)

Os conhecimentos que os catadores demonstraram ter sobre os cuidados com o meio ambiente, a correta destinação dos resíduos coletados e a importância da reciclagem sugerem que houve empenho da equipe do Programa em orientá-los a esse respeito. Para uma das catadoras, o Programa contribuiu para o seu trabalho por ter ampliado seus conhecimentos acerca dos assuntos em questão.

Os cooperados mostraram-se conscientes da responsabilidade da COTRAMARE no tocante à destinação, ambientalmente correta, dos resíduos coletados por eles nas empresas, condomínios e demais parceiros do Programa, como destacou uma de nossas entrevistadas.

> *" [...] a gente tira muito lixo ... é.. várias e várias vezes a gente ajuda também na escoa[19], né? Porque dá um destino certo a cada material."* (Genilda)

Acreditamos que isso reforça nossa afirmação de que essas pessoas eram orientadas sobre vários aspectos da questão ambiental e sobre a relevância do seu trabalho. Esse fato, porém, não diminui a importância da percepção que eles tinham do assunto, apesar da baixa escolaridade que possuíam. A consciência ambiental demonstrada por essas pessoas era admirável. Percebemos que, embora passassem o dia coletando e separando os resíduos descartados pela população, elas ainda procuravam se informar sobre o tema, como podemos ver nesta observação de Maria, outra de nossas entrevistadas:

---

[19] Palavra usada pela catadora para se referir à destinação ambientalmente correta dos resíduos por eles coletados.

> *"[...] o material você descarta. Se não for a cooperativa, demora século para poder demolir (*desmanchar[20]*). Tudo faz mal ao meio ambiente, rio, mar, os animais. Porque as sacolas de plástico... Porque isso pra poder se desmanchar com o tempo, demora muito".* (Maria)

Por essa colocação, percebemos o bom nível de informação que ela possuía. Embora tenha vivido no lixão, onde trabalhou ainda criança, ela demonstrou ter conhecimento do fato de que os danos ambientais decorrem do descarte inadequado de resíduos sólidos não apenas em áreas como o lixão. Ela sabia, por exemplo, que uma simples sacola plástica pode poluir os oceanos e causar a morte de seus habitantes.

A catadora Antônia, como outras cooperadas, reconhecia o valor de seu trabalho em defesa do meio ambiente. Ela sabia que ao fazer a coleta porta a porta, estava evitando que os resíduos sólidos recolhidos fossem lançados em local inadequado. Segundo suas palavras, esses resíduos poderiam

> *"[...] í pros canal, í pra rua, descê, intupí galeria. Aí tem gente que já mora na beira dos rio, de açude, que o material vai pra dentro, sem falá nos animais né, que vive no rio, no mar, que a gente vê muito... vai levando, vai sacola, vai garrafa, os peixe engole, as baleia, os bichim morre."*

Durante as entrevistas, as mulheres sempre davam respostas mais consistentes do que os homens. Pareceu-nos que havia, por parte delas, um maior envolvimento com o trabalho que executavam, muito embora os homens também tivessem demonstrado que consideravam o trabalho por eles realizado fundamental para a preservação do meio ambiente.

A preocupação com a vida útil do aterro da cidade foi referenciada por quase todos os catadores, o que foi bastante significativo. Isso talvez seja um reflexo da trajetória ocupacional da maioria dos cooperados uma vez que 8 dos 12 entrevistados tinham uma longa história de catação. Sete deles trabalharam no lixão da cidade, tendo, portanto, vivenciado todo o processo de fechamento daquela área.

O orgulho da função de catador, tão evidenciado em suas falas, nos pareceu, às vezes, se contradizer quando se referiam aos filhos. Nenhum deles admitia que

---

[20] Explicação da autora

estes revivessem as suas histórias, as suas trajetórias de vida. Essa contradição foi evidenciada na fala de catadores com longa história de catação. Dois deles, ex-trabalhadores e ex-moradores do lixão, fizeram questão de deixar bastante claro que não aceitavam que os filhos viessem a trabalhar no lixão.

> *"Apesar de eu ter criado meus filhos dentro do lixo mas eu não queria que eles participasse, trabalhasse dentro do lixão. Queria que eles estudasse. E estudaram. As filhas não estudam mais. Depois que deram pra mãe, elas pararam de estudar. Eu di a chance a elas. Elas que tinham que..."* (Lúcia)

Um outro ex-morador do lixão, com 35 anos de catação, disse que quando a filha estava para nascer, ele alugou um quarto em um bairro da cidade, longe do ambiente em que vivia. Preferiu pagar aluguel a criar a filha no lixão. E disse ainda:

> *"A minha filha, apesá de eu tê trabalhado no lixão, minha filha nunca trabalhou no lixão."* (Pedro)

Retomando a fala de Antônia, vimos que ela ressentia-se do fato de não ter tido oportunidade de estudar e cobrava dos filhos mais dedicação aos estudos. Embora fosse uma das mais entusiasmadas ao ressaltar a importância do trabalho que fazia e o orgulho que tinha em ser catadora, também demonstrava um sentimento bastante contraditório ao referir-se a uma conversa que tinha tido com um dos filhos:

> *"[...] tu qué o que da vida? Tu qué quando tu tivé um homi, tivé que nem eu vivo? Trabaiando na recicrage? É um trabalho bonito mas se a pessoa tivé outra opção é melhó. Né não? Você qué crescê que nem sua mãe? Num sabe lê nem escrevê"*

Se por um lado, os catadores se mostravam cônscios de seu papel como agentes ambientais, por outro, percebiam que, embora desempenhassem uma atividade de valor para a sociedade e para a economia do país, ainda eram apenas a ponta da cadeia da reciclagem. Apesar de iniciarem todo o processo, ao final deste, eles eram os que tinham remuneração mais baixa. A precarização do trabalho que desenvolviam levava à precarização de suas vidas. Essas pessoas tinham plena consciência de que havia ainda um longo caminho a percorrer até que fossem

respeitadas como profissionais e pudessem tirar do suor do seu trabalho uma remuneração justa dentro da cadeia produtiva.

4.2 PERCEPÇÃO SOBRE SUAS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO

Outra frente de nosso interesse era apreendermos se os sujeitos envolvidos na atividade de catação estabeleciam alguma relação entre participar desse Programa e o que ele significava em termos de melhorias em suas vidas. Ao conversarmos com a maioria dos cooperados, foi possível perceber a diferença em suas vidas a partir do momento em que passaram a fazer parte da Cooperativa. A criação da COTRAMARE, ainda no lixão da cidade, proporcionou melhoria das condições de vida e de trabalho daquelas pessoas que lá viviam e trabalhavam como autônomas. A certeza de poder contar com uma estrutura de trabalho e com outros companheiros de jornada trazia a essas pessoas mais tranquilidade para enfrentar o dia a dia, além de fortalecer a categoria nos momentos de negociação dos materiais coletados.

Embora todos tenham sido unânimes quanto ao significado da COTRAMARE nas suas vidas, o ingresso na Cooperativa tinha conotação distinta para os seus membros. A imagem de segurança representada pelo trabalho cooperado, que vinha à tona na fala da maioria dos catadores, tinha significados diferentes. Os que sempre trabalharam com catação reconheciam que desenvolver suas atividades na Cooperativa era mais seguro do que trabalhar no lixão ou nas ruas da cidade. Para essas pessoas, acostumadas ao trabalho em meio à sujeira e aos riscos oferecidos por um ambiente insalubre como um lixão, receber material limpo e devidamente separado era algo com que eles nem ousavam sonhar. Em alguns dos relatos, podemos constatar como era dura a vida que levavam e como eles estavam diariamente expostos ao perigo. Assim alguns deles nos colocaram:

> *“[...] num é que nem aqui. A gente trabaiava no sol quente, aquelas coisa, sem tê uma luva, sem tê um calçado certo, sem proteção. E aqui a gente tem luva, calçado, roupa. A gente num trabaia no sol. O único sol que a gente leva é pra ir buscá (as doações).”* (Fátima)

> *"No lixão era sem proteção. Aqui tem proteção. Usa as luva. Lá nós nem usava luva, as vez trabaiava de sandália, de pé descalço."* (João)

Já para os que tinham um trabalho formal e o perderam, a Cooperativa era motivo de insegurança por não terem carteira assinada. Embora se mostrasse grato pela oportunidade de trabalho num momento da vida em que *"estava parado"*, Janduir ressentia-se do fato de não poder contar com os benefícios trabalhistas. Se por um lado não havia patrão, por outro, não havia carteira de trabalho nem plano de saúde, como ele desabafou:

> *"[...] emprego você tem garantia disso. Deus me livre. Acontece um acidente, quem é que vai lhe ajudar em casa? Num é isso? E o caba trabalhando não, tem garantia. Tá entendendo? É o sonho de todo mundo ter emprego."* (Janduir)

A colocação feita pelos cooperados a respeito dessa "insegurança" pareceu-nos contraditória. Eles pareciam não terem percebido que o fato de terem possuído carteira de trabalho devidamente assinada, com direitos trabalhistas determinados por lei, não lhes garantira o emprego uma vez que este lhes fora tirado tão logo houve sinal de crise no mercado.

À proporção que aprofundávamos nossos contatos, percebíamos que o valor do trabalho cooperado era ressaltado entre os que sempre viveram da catação, seja nas ruas, como autônomos, seja no lixão. Nesses espaços, o que marcava a vida dessas pessoas era o sentimento de isolamento em que viviam, mesmo estando cercados por vários catadores. A relação entre eles era tensionada o tempo todo; o trabalho, para eles, era vivido como uma "guerra" constante onde sobrevivia quem catasse mais.

Pedro, outro cooperado, com mais de 30 anos de catação e ex-morador do lixão, assim nos fez seu relato de como era essa luta diária pela sobrevivência:

> *"[...] Num tem esse negócio de tá dividindo uma lata com 100, 80 pessoa. Que a gente dividia uma lata, pedaço de papelão. A gente dividia. Porque lá era uma guerra. Tinha que pegá. Quem num pegava num fazia dinheiro não."*

E continuou:

> *"É porque, dentro do lixão, a gente vivia isolado. Isolado que nem bicho mermo. Cada um por si. [...] Quando tava chovendo, a lama... quem tivesse corage de enfrentá a lama, í pra chuva, trabalhava."*

A vida para os que catavam pelas ruas da cidade não se apresentava de forma muito diferente. Uma das catadoras que trabalhava sozinha para sustentar 3 filhos pequenos, destacou a importância do companheirismo que existia dentro da Cooperativa.

> *"Diferente de quando eu vivia puxando uma carroça, catando só, né? Então, a pessoa só é uma coisa. E quando a gente entra dentro de uma cooperativa é uma coisa muito diferente. A gente passa a ser reconhecida e ser valorizada. [...] Num sabe aquele ditado, uma andorinha só num faz verão mas se ajuntá cresce e já faz muita coisa? É melhor do que um só. Não... se se juntá 5, 6, 7, 8, 10 pessoa, 20 pessoa, 10.000 pessoa, 20.000 pessoa já ouve."* (Antônia).

Muitas vezes, oriundos de famílias desfeitas, os catadores sentiam o valor de poder contar com outras pessoas, dividir sua história de vida, trabalhar por um bem comum. E, assim, nos falou Antônia sobre a família que encontrou na COTRMARE:

> *"Na cooperativa é várias pessoa. O grupo, fora as amizade que a gente faz. Num ganha amigo. Aqui a gente ganha uma família. Porque o dia a dia da gente é aqui dentro. [...] então, a gente é uma família. Constrói uma família dentro de uma cooperativa. [...] Constrói uma família. Amizade, amigo. E aqui é tudo unido. A cooperativa, eu acho que cooperativa é isso, é que nem se diz. Cooperar, já tá dizendo. A gente coopera tudo. É os material, é a divisão do dinheiro, é a amizade. É um tá passando pelum pobrema, a gente ajuda, dá uma palavra de apoio. Cooperativa é isso. A gente forma uma família. Primeiro de tudo é uma família que a gente constrói."* (Antônia)

A referência sobre o isolamento em que viviam os catadores do lixão era recorrente, sempre com destaque para o aspecto desumano desse trabalho - pessoas vivendo à margem da sociedade, praticamente sem nenhum contato com o restante da população. É importante lembrar que os catadores dificilmente saíam do entorno do lixão tendo em vista que este era localizado em área bastante distante do centro da cidade – possivelmente, como forma de "esconder" a inoperância do poder

público com relação ao gerenciamento dos resíduos sólidos. Maria, outra cooperada, assim nos falou sobre a sua experiência de viver no lixão:

> *"[...] vivia só no lixão, só vinha na Rua* (centro da cidade)[21]*de vez em quando, no sábado. Mas era só dentro do lixão. Como eu morava no lixão, era dentro do lixão de domingo a domingo."* (Maria)

Isso demonstra que a Cooperativa representava para essas pessoas não apenas a certeza da remuneração no final do mês. Tão importante quanto o fator financeiro era o companheirismo, a divisão de trabalho, a companhia de alguém ao seu lado, o fim do isolamento a que eram obrigadas a viver no lixão.

A cooperada Lúcia, ao se referir à COTRAMARE, lembrou que a Cooperativa era cada um dos que ali trabalhavam: *"As pessoas é que forma a cooperativa".* Ela ressaltou, ainda, que o reconhecimento conquistado depois que passaram a desenvolver um trabalho como cooperados, permitira que eles tivessem oportunidade de discutir os problemas da categoria junto a autoridades e, assim, obter melhores condições de trabalho.

Eles perceberam que deixaram de ser apenas "o catador" largado no lixão, isolado, muitas vezes sem sequer sair daquele ambiente e passaram a fazer parte de algo maior, a ter representatividade, a lutar pelos direitos da categoria. Sobre a importância de trabalhar diretamente com a comunidade, Lúcia assim se posicionou:

> *"A diferença é muito grande, né? Porque no lixão é um, na associação e cooperativa é outro. Porque a gente tá trabalhando aqui com a comunidade e tendo mais assim, digo, o reconhecimento."* (Lúcia)

Quanto à comparação entre o trabalho como autônoma e o trabalho na Cooperativa, afirmou que era grande a diferença.

> *"Porque aqui se um trabalhar menos recebe igualmente àquele que tá trabalhando mais. É a questão do cooperativismo, né? A diferença é essa quando você tá trabalhando só, porque quanto mais você se esforça, você vai tirar mais. Mas a cooperativa já tem esse diferencial. Se tem um que ali trabalha menos e tem um que trabalha mais, vai receber igual."*

---

[21] Explicação da autora.

Embora vivessem em meio ao “lixo”, os catadores procuravam, dentro do possível, manter o ambiente de trabalho limpo. Chamou-nos a atenção o fato de, em uma de nossas visitas, eles terem falado sobre a dedetização do prédio que havia sido realizada alguns dias antes. Isso sem esquecer a varrição diária da calçada no final das atividades. Todo esse cuidado, além de importante para a saúde de todos e para a boa convivência com a vizinhança, dava aos catadores condições de usufruir de um ambiente um pouco menos insalubre principalmente porque, como já mencionamos, era lá mesmo, no galpão, que eles faziam suas refeições. Como referenciado em outro capítulo, havia, no subsolo, uma sala onde podiam não apenas realizar reuniões do grupo, mas também conversar, discutir estratégias de trabalho e descansar, quando necessário.

Muitas dessas pessoas passaram grande parte de suas vidas lidando com o que era descartado mas, nem por isso, perderam a capacidade de se cuidar, de se valorizar. Sempre que falavam sobre a diferença das condições de trabalho no lixão e na Cooperativa, a maioria dos relatos referia-se à limpeza. Eles citavam que na COTRAMARE trabalhavam com um material mais limpo e que não precisavam estar lidando com a lama e toda sorte de imundices existentes no lixão. Isso ficou claro na fala de algumas delas:

> *“[...] no lixão você trabalha toda suja, dividia seu trabalho com animais. Porque lá era muito animal. Urubu, porco, vaca, cavalo, era fumaça. Era muita coisa [...]” (Maria)*

> *“[...] aqui vem tudo limpo. Aqui vem mais limpo. Por que lá, não. Tinha todo tipo de porcaria: carniça, cachorro morto, até feto as menina achava.” (Gorete)*

Mesmo que as condições da sede da COTRAMARE deixassem muito a desejar em termos de espaço físico, tendo os catadores que dividir o ambiente com os resíduos coletados diariamente, a higiene pessoal era um cuidado constante. Ao final do expediente, eles tomavam banho e voltavam para suas casas sempre limpos. Era como se exorcizassem toda aquela sujeira com que conviveram durante o dia.

A organização da Cooperativa e o pulso forte da Diretoria quanto à exigência de limpeza tanto do ambiente de trabalho quanto dos cooperados, além do uso de fardamento e equipamentos de segurança, como luvas e botas, também eram

ressaltados pelos catadores uma vez que isso fazia com que fossem reconhecidos nas ruas da cidade e tivessem seu trabalho valorizado.

Esse olhar diferenciado da população era muito importante, principalmente, para quem antes trabalhava pelas ruas da cidade sem fazer parte da Cooperativa.

> *"As pessoa sabe quem é da Cooperativa, quem é direita, num vai mexê .[...] É diferente da pessoa catá só na rua. Só o povo vê a pessoa puxando uma carroça... A pessoa diz logo: - pia, lá vai uma lixeira."* (Antônia)

Quando falavam sobre a forma como eram recebidos nas ruas e nos demais locais de coleta, era possível perceber como eles se sentiam valorizados e mais respeitados, o que se refletia no orgulho que sentiam do trabalho que desenvolviam, como podemos comprovar com as falas que seguem:

> *"Quando você vai pegar material é como se fosse já próximo de muito tempo delas. Pode entrar, pegar lá dentro. Não tem problema. Elas nem acompanham você. Você vai sozinha. Você vai sozinha pegar o material."* (Maria)

> *"Eu gosto de coletá porta a porta. Lá o caba arruma amizade. Já teve vez de mulher dizê: Seu ... faça um favor. Mata aquele galo ali que o home sangrou o galo, o galo não morreu. Ele só fez cortar o couro. Nós entra no quintal, entra no beco, vai pegá aquele material, faz um favor..."* (Pedro)

> *"O pessoal recebe a gente muito bem, né? Pessoal tudo educado, a gente chega, toca a campanha, as vez bate palma, uns pessoal muito bem educado."* (Joaquim)

Essa acolhida, no entanto, nem sempre se deu dessa forma. Houve relatos também de atitudes preconceituosas por parte da população. Sobre esse assunto, disse a cooperada Maria:

> *"Tem pessoas que não tem consciência da situação e fica fazendo crítica. Ignorância. A gente vai desdobrando e seguindo em frente e mostrando que não é o que eles estão dizendo."* (Maria).

O empoderamento desses homens e mulheres, antes jogados à própria sorte, vivendo em meio à sujeira e a todo tipo de privações foi um fato destacado inúmeras

vezes. Entre as maiores conquistas relatadas por nossos entrevistados estava a aquisição da casa própria. Eles diziam, com entusiasmo, que a criação da COTRAMARAE tinha lhes dado possibilidades até então inimagináveis. Muitos viviam de aluguel ou moravam em barracos dentro do lixão. Durante as entrevistas, mostraram-se orgulhosos pela aquisição da casa própria, tendo em vista a importância de terem um lugar para morar sem depender de favores. Outros relataram que foi possível, inclusive, fazer uma reforma em suas casas, ampliando-as para melhor acomodar a família. Havia, ainda, os mais jovens que, se pela pouca idade ou por falta de oportunidade, ainda moravam de aluguel, diziam estar conseguindo poupar um pouco, a cada mês, para começarem a construir suas casas. As evocações positivas nos fizeram sentir que essas pessoas estavam tendo oportunidade de sonhar com dias melhores.

Houve um relato interessante de um catador que sempre viveu de catação, morando em lixões e tendo como "casa própria" um barraco de papelão. Como cooperado, ele passou a morar num lugar agradável e, dentro de suas possibilidades, com o conforto que a vida moderna proporcionava. Embora morando de aluguel, em sua simplicidade, ele se referiu, dessa forma, à casa onde estava morando:

> *"[...] num é minha, é alugada, mas graças a Deus saí do lixo pro luxo."* (Pedro)

Todas as mulheres entrevistadas, assim como os homens, reconheciam a importância da Cooperativa para a melhoria de suas vidas e condições de trabalho. Entre os homens, apenas 2 deles não estavam em consonância com os demais cooperados; ambos, antes, tinham emprego formal e estar trabalhando na Cooperativa representava uma diminuição da renda obtida até então e uma precarização das condições de trabalho. Um deles justificou que não era possível avaliar se tinha havido mudança nas suas condições de vida depois de ter ingressado na COTRAMARE tendo em vista o pouco tempo de trabalho na Cooperativa, o que o impedia de ter uma ideia mais exata a esse respeito.

Além da casa própria e, até mesmo de um "carrinho", adquirido pelo catador Joaquim, houve conquistas até então inimagináveis para aquelas pessoas, coisas simples e corriqueiras para a maioria da população mas que, para esses catadores,

representavam grandes vitórias. Poder “fazer uma unha”, “ajeitar o cabelo”, tomar uma cerveja no final de semana eram motivos de comemoração.

O cooperado João, que sempre viveu da catação, morando em lixões em duas cidades do Rio Grande do Norte e no lixão de Campina Grande, se dizia realizado porque hoje podia mandar dinheiro para a filha que morava com a mãe em outro estado, e ainda estava planejando comprar uma moto.

> *“Graças a Deus num falta nada em casa depois que entrei aqui. Tô fazendo plano de ajuntá um dinheirinho e comprá uma motinha pra mim. É melhor que tá andando de bicicleta. No lixão a pessoa ganhava pouco. Aqui a gente ganha um dinheirinho a mais, dá pra pagá aluguel, fazê a feira. Dá pra mim mandá ao menos R$ 50,00 pra minha menina. Eu mando. Eu pago passagem do meu irmão pra ele í e ví. Aí ele vai deixá o dinheiro pra ela.”* (João)

Poder satisfazer os desejos dos filhos foi outro aspecto marcante em nossas entrevistas, como pode ser constatado nos relatos das cooperadas Antônia e Fátima:

> *“Quando eu vivia catando na rua, eu ia pra fêra fazê umas compra, meu menino via uma roupa e dizia: - pia mainha, compra. Eu não podia comprá porque aquele dinheiro era contadim. Se eu tirasse pra comprá aquela roupa, faltava dentro de casa. [...] E aqui não. Aqui o que eu recebo aqui dá pra mantê a minha casa e dá o que meu fio precisa. Ainda sobra um pouquinho pra comprá as coisa pra meus menino e um pouquinho pra eu farrá. Tomá uma cervejinha que é bom. Porque de primeiro não dava pra fazê isso. Ficava só na vontade e agora dá.”* (Antônia).

> *“É, o que eu não tinha eu tenho agora. Quando eu catava na rua eu num tinha casa própria, num tinha como dá as coisa que meus menino tem hoje. Que eles assistia na casa do povo e o povo ficava desligando televisão na cara deles. Eles pedia: - mãe, compra um joguinho pra nós jogá. Num tinha. Eles ia pras casa dos outro. Os outro num queria. E hoje eles tem computador, eles tem tablet, tem tudo. Quando eles era pequeno eu sofri muito. [...] Quer dizer que eu dei um pulo de baixo pra cima.*” (Fátima)

A cooperada Lúcia, quando questionada se houve mudança na sua vida depois de entrar na Cooperativa, respondeu com toda segurança:

> *“Com certeza. Na minha vida, assim, totalmente, porque antes só quem podia ter uma televisão de LED era quem tinha. Hoje eu tenho na minha casa. Quero comprá aí vou lá ajutando 5, 10, 20, 50, penso que não, eu compro. Dá pra mim sobrevivê e ainda tê o que eu posso precisá”.*

Além das conquistas financeiras que permitiram realizar sonhos e fazer planos, nossos entrevistados relataram, ainda, que entre as melhorias das suas condições de vida a Cooperativa tinha possibilitado que tivessem um tempo de lazer que muitos desconheciam até então. Eles diziam, com satisfação, que agora podiam descansar nos finais de semana e feriados, coisas impraticáveis para quem anteriormente vivia da catação. Isso vinha lhes permitindo participar mais da vida em família, assistir vídeos com os filhos, cuidar da casa, fazer o almoço do domingo e usufruir dessa refeição com os familiares. Coisas simples, mas de um significado enorme para esses homens e mulheres que antes precisavam trabalhar de domingo a domingo, algumas vezes até mesmo no período noturno, para garantir o sustento da família.

Embora a vida dessas pessoas ainda seja marcada por grandes dificuldades, carecendo de um olhar mais atento por parte do poder público, é notório que, para a maioria desses catadores que compunham a COTRAMARE, a vida vinha se mostrando menos sofrida.

4.3 PERCEPÇÃO SOBRE O PROGRAMA DE COLETA SELETIVA DA UFCG

O material coletado na UFCG juntamente com as doações vindas dos parceiros do Programa para a COTRAMARE foram citados como um fator determinante para a melhoria de vida dos cooperados. As ações desenvolvidas pelo Programa, cooptando novas parcerias e, consequentemente, aumentando o quantitativo de material recebido pela Cooperativa também foram comentadas pelos entrevistados. Todos enfatizaram a importância do Programa uma vez que através das ações por ele desenvolvidas, a COTRAMARE podia sempre contar com um considerável volume de material reciclável em boas condições de venda. Segundo alguns cooperados, as coletas porta a porta eram insuficientes para manter a Cooperativa, o que atesta a importância do Programa para o sustento de suas famílias, como nos colocaram alguns deles:

> *"A gente da cooperativa COTRAMARE, a gente véve mais por causa desse Programa.* (Janduir)
>
> *"[...] Só essas coletinha de porta em porta não é suficiente."* (Genilda)
>
> *"A sorte é a ajuda dos outros. De doação, da Universidade [...]. Tá entendendo? Às vezes a sorte é essa. Porque se fosse só mesmo os bairros ajudando a gente oxe, o dinheiro daqui ia ser muito pouco."* (Janduir)

Quando questionados se tinham conhecimento acerca da história do Programa, mesmo os que possuíam alguns anos na Cooperativa demonstraram pouco ou nenhum conhecimento a esse respeito. A catadora Antônia, há 5 anos na cooperativa disse:

> *"Quando começou, num sei. Sei que o rapaz (*servidor terceirizado da UFCG[22]*) lá ajunta o material, o recicrável nas sala, aí ajunta num quartim e a gente vai buscá na 2ª ou na 4ª. Isso é desde que eu entrei aqui que já era assim".*

Com relação ao conhecimento que tinham acerca das ações do Programa de Coleta Seletiva Solidária, embora reconhecessem sua relevância, surpreendeu-nos que a maioria deles tenha afirmado ser ciente, apenas, de que grande parte do material arrecadado era proveniente da UFCG e dos parceiros do Programa. No que se refere ao Decreto nº 5.940 que foi, justamente, o que norteou a criação de programas de coleta seletiva solidária em órgãos federais, nenhum dos cooperados demonstrou conhecê-lo, apesar de sua instituição ter ocorrido há mais de 10 anos. Por esta razão, eles não puderam se pronunciar sobre a sua relevância para a proteção do meio ambiente e para a sobrevivência das associações e cooperativas de catadores em todo o país.

Percebemos, assim, que para os catadores com menos tempo de Cooperativa e que não tinham uma história de vida na catação, o que importava, de fato, era o material recebido pela Cooperativa, não estando, por isso mesmo, muito a par da história do Programa. Isso ficou mais evidenciado quando a mesma pergunta foi feita aos antigos moradores do lixão que disseram conhecer o

---

[22] Explicação da autora

Programa desde quando ele tinha começado em 2006. Para os fundadores da Cooperativa, o Programa era visto como algo extremamente positivo e transformador de suas vidas.

> *"Ele veio a calhar. Veio tudo de bom pra gente. Porque é uma porta a mais. Através dessa abriu as outras pra gente continuar."* (Maria)

Outra ex-moradora do lixão e, como Maria, catadora desde criança, referiu-se ao Programa como *"maravilhoso*".

> *"Ele acompanha a gente desde o lixão. Na época a gente trabalhava no lixão, esse Programa já ia pra lá. Quando chegava lá a gente separava esse material do nosso material e esse material da UFCG, era um capital de giro. Pra quando um catador adoecesse, uma cesta básica, um remédio. Era um extra que entrava."* (Lúcia)

Os catadores que sempre viveram da catação, seja no lixão, seja como autônomos pelas ruas da cidade, se referiram ao Programa com mais entusiasmo; conheciam as ações que eram desenvolvidas e o que representava trabalhar com o material limpo que chegava à Cooperativa, diferentemente do que era catado no lixão. Essa mesma consistência de resposta, porém, não foi observada entre aqueles que tinham outra atividade antes de fazer parte da COTRAMARE Isso, talvez, se deva ao fato dessas pessoas nunca terem sido obrigadas, pelas circunstâncias, a trabalhar e morar na promiscuidade de um lixão, em meio a animais, lama e toda espécie de riscos, ou mesmo, a atuarem como catadores nas ruas da cidade, sozinhos e sujeitos a toda sorte de violência e preconceito.

Quanto à opinião que tinham sobre o Programa, todas as mulheres foram unânimes em reconhecer a sua importância. Entre os homens, entretanto, não houve unanimidade uma vez que dois dos cooperados, por terem menos de 3 meses na Cooperativa, preferiram não se manifestar sobre o assunto, alegando que era tudo muito recente para eles.

Para os nossos entrevistados, a forma como o Programa de Coleta Seletiva Solidária vinha sendo executado era plenamente satisfatória. Não é possível, no entanto, afirmar, com precisão, se essa satisfação se devia ao fato de as ações por

ele desenvolvidas terem sido suficientes para contemplar tudo o que os catadores almejavam, ou se pelo fato dessas pessoas estarem tão habituadas a não terem seus direitos respeitados como cidadãos, que se contentavam com o pouco que lhes era oferecido. Essas pessoas tiveram uma vida bastante sofrida e, muitas vezes, marcada pelo abandono da sociedade e do poder público.

Quando questionados sobre sugestões que eles poderiam dar para proporcionar melhorias no funcionamento do Programa, as respostas obtidas junto às catadoras foram do tipo: *"Eu acho que ele já faz o suficiente, né?*" ou "*Tá bom demais"* ou ainda "*Tá ótimo*". Os homens, por sua vez, sempre bastante lacônicos, limitaram-se simplesmente a responder "sim" ou "não", sem justificarem suas respostas. Não obstante esse fato, achamos necessário que suas impressões fossem registradas exatamente como verbalizadas pois objetivávamos, justamente, observar como os agentes, que estavam à frente do trabalho de catação se colocavam a esse respeito. As impressões que nos passaram os sujeitos, em suas respostas, levam-nos a crer que eles nunca tinham se questionado sobre esse assunto, limitando-se, apenas, a receber o que era doado sem questionamentos de nenhuma espécie.

Se por um lado havia pouco envolvimento dos catadores com as questões apresentadas anteriormente, por outro, quando o assunto referia-se às mudanças observadas em suas vidas, a partir do desenvolvimento das ações do Programa, sentimos que as respostas apresentavam mais consistência e entusiasmo.

O trabalho de campo revelou que a existência do Programa tem proporcionado aos cooperados melhorias em suas condições de trabalho na COTRAMARE com reflexos, também, em suas condições de vida.

Aqueles que viviam no lixão destacaram a importância da presença de professores e alunos da UFCG em seu local de trabalho. Acostumados ao descaso por parte das autoridades e da sociedade, de repente eles passaram a contar com calor humano e mais uma fonte de renda. O fato de sentirem-se acolhidos por um grupo de pessoas que se preocupavam com suas condições de trabalho e com a forma degradante em que viviam diminuiu o sentimento de isolamento e de abandono por eles vivenciado.

Há de se destacar que a relação entre os cooperados e a equipe do Programa mostrou-se bastante próxima. Eles se sentiam agradecidos pelo apoio recebido e demonstraram um carinho muito grande por todos os envolvidos nas

ações. A retirada da Cooperativa, do lixão, foi o ponto chave, apontado por eles, para toda a transformação pela qual passaram. Além de melhores condições de trabalho, o “vir para a cidade” fez com que essas pessoas passassem a ser vistas pela sociedade, quebrando, dessa forma, aquela invisibilidade tão característica dos que trabalham com a catação, principalmente, dos que moram em lixões. Elas desenvolveram o sentimento de pertencimento social, passando a se sentirem cidadãos.

Quando perguntados sobre o que teria mudado em suas vidas, a partir do Programa, apenas aqueles com histórico de trabalho anterior, com carteira assinada, foram mais reticentes. Um deles não respondeu e o outro nos disse que a mudança em sua vida deu-se, apenas, pelo fato de ter conseguido uma ocupação uma vez que estava “parado” no momento em que passou a integrar o quadro da Cooperativa. Os demais ressaltaram que suas vidas melhoraram consideravelmente. A catadora Maria, por ter crescido no lixão, revelou que a grande melhoria foi ter conseguido sair daquele ambiente insalubre

> *“Melhorou bastante. Só o caso de poder sair de dentro do lixão, tá aqui na rua, nos bairros pegando material. E sobre a Universidade que abriu a porta pra gente, oxe, é bom demais”*

Duas catadoras ressaltaram que passaram a ser mais desinibidas pelo fato de terem que falar em público quando acompanhavam a equipe do Programa nas visitas aos futuros parceiros. Nessas ocasiões, elas tinham a oportunidade de apresentar o trabalho desenvolvido pelos cooperados, o que as fazia se sentirem mais valorizadas. E assim uma delas nos colocou:

> *“De minha vida eu acho que... Melhorou muito porque através desse Programa [...] que as pessoas chegam na Cooperativa e eu não abria nem a boca porque eu tinha vergonha de falar. E graças a Deus, por causa desse projeto[...] que eu acompanho, que eu vou [...] dá palestra, Datashow, o nosso trabalho... a respeito desse trabalho que vem nos ajudar.”* (Lúcia)

Com relação à melhoria nas condições de trabalho, os catadores chamaram a atenção para o fato de que as ações do Programa tinham contribuído para o aumento do quantitativo de material coletado. Alguns ressaltaram que quando

estavam na coleta porta a porta se deparavam com pessoas que já tinham conhecimento do Programa devido às ações de educação ambiental desenvolvidas pela equipe, o que facilitava a abordagem na hora do trabalho. As cooperadas Gorete e Genilda lembraram que *"aumentou mais coleta, aumentou mais material"* e que se não fosse o Programa, o material da Cooperativa *"caía muito".* Isso evidenciou que as ações de educação ambiental nas escolas, condomínios e empresas tiveram uma ação efetiva para a melhoria do trabalho dessas pessoas. Segundo depoimentos dos entrevistados, o Programa foi uma porta que se abriu para eles. Um dos cooperados destacou a importância que o Programa teve ao retirá-los do lixão e trazê-los para um bairro próximo ao centro da cidade uma vez que isso lhes proporcionou uma nova experiência de trabalho através da coleta porta a porta que ainda não conheciam:

> *"[...] Aí depois da Cooperativa... que quando veio o Programa, antes do lixão fechá a gente já veio pra cidade. Já viemo trabaiá. Aí quando o lixão fechou nós já tava aqui. Nós já tava com uma experiência boa de tá coletando reciclável de porta em porta."* (Pedro)

Embora, muitas vezes, os catadores tenham demonstrado um certo conformismo com a situação em que viviam, considerando inclusive as ações desenvolvidas pelo Programa como "um favor" e não como um trabalho social que a Universidade deve realizar em cumprimento ao Decreto 5.940, um fato que chamou a nossa atenção foi a percepção que essas pessoas tinham ao associar a importância da COTRAMARE ao perfeito desenvolvimento do Programa de Coleta Seletiva Solidária. Mesmo se tratando de pessoas humildes, com pouco ou nenhum estudo, elas sabiam perfeitamente discernir a importância do trabalho que desenvolviam, reconhecendo ser este fundamental para o crescimento do Programa. Embora agradecidos por poderem contar com um grande volume de material reciclável e, principalmente, por terem sido retirados do lixão, eles sabiam que havia uma contrapartida: não haveria Programa se não houvesse a Cooperativa. Isso ficou bastante claro na fala dos nossos entrevistados como veremos a seguir:

> *"[...] só o caso dela existir ... porque se não fosse a Cooperativa num tinha esse Programa, eu acho. No caso, é o útil com o agradável. Os dois juntos que se forma esse trabalho"* (Maria)

> *“Assim, ele (*o programa[23]*) contribui porque ele doa e a gente contribui porque vai buscar.”* (Genilda)
>
> *[...] se não existir o catador não existe o Programa, né? O Programa depende do catador também, né? Da gente, da Cooperativa. Um ajuda o outro. É troca”* (Lúcia)

O cooperado Pedro também ressaltou a importância do trabalho dos catadores ao coletarem o material que foi separado pelos doadores:

> *“Eu acho que a mão de obra da gente né. Que não adianta tê o programa e a gente num fazê o serviço direito. Cumpri com os compromisso de pegá os material nos condomínio, nas casa, nas empresa.*

Ao demonstrarem consciência sobre a importância da Cooperativa, eles deixavam de se sentirem “coitadinhos” e “dependentes de ajuda”, como se a equipe do Programa e os apoiadores estivessem lhes fazendo um favor ao lhes doarem os materiais. Eles sabiam que tinham um lugar na sociedade e que não precisavam viver de migalhas, da compaixão dos outros. Eles tinham plena consciência da importância da função que desempenhavam diante do grande problema ambiental enfrentado pelo mundo nos dias atuais.

Para os catadores, era relevante fazer parte de um projeto dessa natureza. Esse sentimento de pertencimento fazia com que eles se sentissem importantes e respeitados. Para grande parte desses homens e mulheres que viviam esquecidos no lixão da cidade - misturados a ratos, porcos e urubus e tendo que disputar, com centenas de outros catadores, uma mísera lata para garantir o sustento de suas famílias -, ter seu trabalho reconhecido, valorizado e respeitado era muito gratificante. O orgulho estampado nos olhos de cada um ao falar da importância do seu trabalho para o meio ambiente era visível. Foi comovente ouvir de uma catadora de materiais recicláveis, com 33 anos de trabalho árduo, aquilo que mais lhe agradava na profissão:

---

[23] Explicação da autora

> *“Quando eu vou para uma palestra falar sobre o meu trabalho. Quando a pessoa aceita e abre a porta para juntar os material. Me agrada muito.* (Lúcia)

Os cooperados tinham clareza da importância do Programa para a defesa do meio ambiente e sabiam, também, que eles, catadores, eram parte relevante para o sucesso das ações empreendidas. A fala de um deles deixou isso muito claro:

> *“[...] através de um programa assim, surge as cooperativa, surge os catador, aí a gente faz a coleta seletiva na rua porta a porta, aí o povo já num joga no meio ambiente. Qué dizê, o que a gente recolhe nas casa, nas rua, porta a porta, aí as pessoa já num joga no meio ambiente. Qué dizê, o que a gente recolhe nas casa, já tá evitando de ir pro meio ambiente. A gente tá fazendo beneficio pro meio ambiente”.* (Antônia)

Como podemos observar através de suas falas, os cooperados reconheceram que, além dos benefícios ambientais, a coleta seletiva solidária tinha trazido, também, benefícios sociais e econômicos ao gerar emprego e renda para os que compunham a COTRAMARE.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa pesquisa, procuramos analisar o Programa de Coleta Seletiva Solidária da Universidade Federal de Campina Grande, criado em cumprimento ao Decreto Federal nº 5.940, instituído em 2006, tendo como objetivos minimizar os problemas socioeconômicos dos catadores de materiais recicláveis e fortalecer essa categoria de trabalhadores. Investigamos a implantação e evolução do Programa, bem como seus efeitos sobre a vida dos catadores por ele beneficiados, interesse central de nosso trabalho.

Embora tenham demonstrado desconhecimento da existência desse Decreto, os cooperados entrevistados reconheceram a importância das ações desenvolvidas pela equipe do Programa para a sobrevivência da COTRAMARE, evidenciando, sem se aperceberem, a relevância daquela determinação governamental.

Observamos, através da nossa pesquisa, que a UFCG tem extrapolado o que determina essa política pública ao envolver não apenas a comunidade acadêmica, mas também a população campinense, de um modo geral, através de intervenções de educação ambiental em escolas, empresas e condomínios. Essas ações extramuros têm se mostrado fundamentais para o fortalecimento da Cooperativa e para a minimização dos problemas ambientais.

Um fato de suma importância que constatamos foi a inexistência da coleta seletiva na cidade de Campina Grande. Muito embora a Prefeitura Municipal venha participando de ações junto às associações e cooperativas de catadores da cidade, a não adoção da coleta seletiva mostrou-se um fato preocupante tendo em vista que a municipalidade vem descumprindo o que determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Em nossas entrevistas, observamos que os catadores se ressentiam dessa omissão do poder público, uma vez que impedia a população de adquirir o hábito de separar os resíduos sólidos domiciliares. Isso não apenas dificultava o trabalho dos catadores - pela necessidade de separar o resíduo domiciliar seco do molhado -, mas também levava à redução do volume do material a ser reciclado, causando prejuízo tanto para eles quanto para a economia do País. A implantação da coleta seletiva no município e a orientação da população quanto à importância da separação dos resíduos em cada domicílio mostraram-se, portanto, fundamentais como forma de proteger o meio ambiente e contribuir para geração de emprego e renda para os catadores.

Por sua vez, o cumprimento do que determina a Política Nacional de Educação Ambiental - incentivando a educação ambiental em todos os níveis da educação formal, reforçando o hábito do não desperdício - pareceu-nos, também, imprescindível para a sobrevivência das cooperativas e associações de catadores. Embora alguns cooperados tenham relatado terem sido bem recebidos nos locais onde realizavam suas coletas, alguns expressaram seu descontentamento com relação à discriminação de que ainda eram vítimas. A importância do papel do catador deve, portanto, ser evidenciada como forma de diminuir o preconceito ainda existente nos dias de hoje, como foi possível constatar em nossas entrevistas.

Percebemos ainda que, apesar de se dizerem orgulhosos do seu trabalho, os cooperados deixaram claro que não queriam que seus filhos repetissem suas trajetórias de vida. Nosso questionamento a esse respeito é: Será que se houvesse mais respeito e menos preconceito para com a atividade de catação, essas pessoas seriam tão resistentes a essa ideia? Estudos futuros talvez possam esclarecer essa questão.

Através da análise dos relatórios do Programa, foi possível perceber que tem havido um significativo aumento do material coletado, a cada ano, no *Campus* I, sugerindo, dessa forma, que a atuação do Programa junto à comunidade acadêmica tem se mostrado satisfatória. Faz-se necessário, no entanto, um estudo mais aprofundado para avaliação de como vem se dando a participação da comunidade acadêmica - percentual de servidores e alunos envolvidos, e de setores do *Campus* I que participam do Programa -, uma vez que, em nosso trabalho, limitamo-nos apenas a verificar o que tem representado, para os que compõem a COTRAMARE, o quantitativo de material reciclável doado.

Nas entrevistas, os cooperados mostraram-se plenamente reconhecidos pelos benefícios do Programa para suas vidas, ressaltando, muitas vezes, seu papel relevante para a sobrevivência da Cooperativa, ao mesmo tempo em que demonstraram ter consciência da importância do seu trabalho para a existência e sucesso do Programa.

Os catadores destacaram, também, a relevância do trabalho cooperado, principalmente, por ter posto fim ao isolamento em que viviam os que trabalhavam no lixão e aqueles que catavam, sozinhos, pelas ruas da cidade, dando-lhes mais segurança em suas atividades laborais.

Julgamos ter atingido os objetivos a que nos propusemos ao iniciar nossa pesquisa pois, além de analisarmos a implantação do Programa de Coleta Seletiva Solidária da UFCG, foi possível verificar também os efeitos de suas ações sobre a COTRAMARE e, principalmente, a forma como os sujeitos que ali trabalhavam percebiam o papel desse Programa em suas vidas, sua percepção sobre o meio ambiente e sobre suas condições de vida e de trabalho.

Essas pessoas, com pouco ou nenhum estudo, demonstraram um respeito pelo meio ambiente pouco visto na população de um modo geral. Embora o seu conhecimento sobre questões ambientais tenha sido adquirido, sobretudo, no dia a dia, na labuta constante de suas vidas, elas nos fizeram perceber que há questões que não requerem grandes estudos, apenas bom senso e um olhar mais atento para o que acontece à nossa volta.

Reconhecemos que ainda resta muito a ser melhorado na vida dos catadores. Eles continuam trabalhando em condições precárias, sem serem respeitados como profissionais e dependendo de programas sociais, de ações de instituições públicas e privadas e da boa vontade da população. Entretanto, diante do que enfrentaram em suas vidas quer nos lixões, quer nas ruas, a experiência na COTRAMARE representava um novo horizonte em suas vidas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LIMPEZA URBANA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2014**. São Paulo, 2015. 120 p. Disponível em: <http://www.abrelpe.org.br/panorama_edicoes.cfm>. Acesso em: 13 mai 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Referências Bibliográficas. Rio de Janeiro, 2000. NBR 6023.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação – citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

_____. **NBR 14724:** informação e documentação - trabalhos acadêmicos- apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

_____. **NBR 10004:** Resíduos Sólidos - Classificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ALUMÍNIO (ABAL). Disponível em: <http://www.abal.org.br/sustentabilidade/reciclagem/>. Acesso em: 5 out. 2016.

ASSOCIAÇÃO DE FABRICANTES DE LATAS DE ALTA RECICLABILIDADE (ABRALATAS). Disponível em: <http://www.abralatas.org.br/reciclagem-de-latas-de-aluminio-bate-novo-recorde/>. Acesso em 3 out. 2016.

ASSOCIAÇÃO TÉCNICA BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS AUTOMÁTICAS DE VIDRO (ABVIDRO). Disponível em: <http://www.abividro.org.br/>. Acesso em 3 out. 2016.

BELLEN, H. M. van. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa.** Rio de Janeiro: FGV, 2006. 256 p.

BOFF, Leonardo. Ecologia e Espiritualidade. In. TRIGUEIRO, A. (Coord.). **Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam de questão ambiental nas suas áreas de conhecimento.** Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 35-44.

_____. **A Grande Transformação: na economia, na política e na ecologia.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 221 p.

_____. **Sustentabilidade: O que é: o que não é.** 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 220 p.

BONELLI, Valério Victor, LAZZARESCHI, Noêmia. Empregos verdes e sustentabilidade: tendências e desafios no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 46, n. 1, jan/jun, 2015. p. 221-242. Disponível em: <http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v46n1/rcs_v46n1a9.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional. PEREIRA, B. C. L.; GOES, F. L. (Org.). Rio de Janeiro: **Ipea**, 2016. 562. p.: il., mapas color. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores.pdf> Acesso em: 20 abr. 2016.

_____.Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: **<**http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_13.07.2010/art_6_.shtm>. Acesso em: 24 jul. 2015.

_____. Decreto nº 62.934, de 2 de julho de 1968. Aprova o Regulamento do Código de Mineração. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 2 jul. 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D62934.htm>. Acesso em: 29 dez.2015.

_____. Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 out.2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm>. Acesso em 15 jul. 2015.

_____. Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010. Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez.2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7405.htm>. Acesso em: 15 jul. 2015.

_____. IBAMA. Disponível em: <www.ibama.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. IPEA. Disponível em: www.ipea.gov.br/>. Acesso em 20 set 2015

_____. Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010. Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Disponível em: <http://porteiras.r.unipampa.edu.br/portais/procuradoria/files/2010/01/IN-n%C2%BA-1_2010-MPOG.pdf>. Acesso em: 9 mai. 2016.

_____. Lei Delegada nº 10, de 11 de outubro de 1962. Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 jan. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/Ldl/Ldl10.htm>. Acesso em: 29 dez.2015.

_____. Lei nº 5.197, de 5 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a Proteção à Fauna e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 jan. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5197.htm>. Acesso em: 29 dez.2015.

_____. Lei nº 73.030, de 30 de outubro de 1973. Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 30 out. 1973. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=202556>. Acesso em 2 jan.2016.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm>. Acesso em 28 dez.2015.

_____. Lei nº 7.735/1989, de 22 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 23 fev. 1989. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7735.htm>. Acesso em: 28 dez.2015.

_____. Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989. Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 11 jul. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7797.htm>. Acesso em: 4 jan.2016.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 3 jan.2016.

_____. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 9 jan. 1999. Acesso em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm>. Acesso em: 3 jan.2016.

_____. Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outra providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 7 abr 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11107.htm>. Acesso em: 4 jan.2016.

_____. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 8 jan. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em 4 jan.2016.

_____. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 30 dez. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm>. Acesso em: 3 jan.2016.

_____. Lei nº 12.305/2010, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 20 dez. 2015.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Histórico Institucional. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/o-ministerio/historico-institucional>. Acesso em: 02 jan. 2016.

_____. Revista *em discussão*! Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/Upload/201202%20-%20maio/pdf/em%20discuss%C3%A3o!_maio_2012_internet.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.

_____. UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br>. Acesso em: jul. 2015.

BRITO, M. J.; MACHADO, R. T. M.; SANT'ANA, L. T. A Logística Reversa de Resíduos Eletroeletrônicos no Brasil e no Mundo: o desafio da desarticulação dos atores. **Revista Sustentabilidade em Debate**. Brasília, v. 6, n. 2, p. 88–105, mai/ago. 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/15522/11499>. Acesso em: 25 fev. 2016.

CEMPRE - COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM. **Brasil no ranking mundial de reciclagem.** CEMPRE. Informa**.** n. 79. p. 4-7. 2012. Disponível em: <http://www.cempre.org.br>. Acesso em: 1 mar 2016.

_____. Review 2013. São Paulo: Cempre, 2013. Disponível em: <http://cempre.org.br/busca/2013>. Acesso em 3 set. 2016.

_____. Review 2015. São Paulo: CMPRE, 2015. Disponível em: <http://cempre.org.br/busca/2015>. Acesso em 3 set. 2016.

CIRNE, L. E. M. R., **A coleta seletiva como subsidio à criação de um plano de gestão integrada de resíduos sólidos (PGIRS) em Campina Grande – PB: *Implicações Ambientais, econômicas e Sociais.*** (Tese de Doutorado em Recursos Naturais) Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.

CIRNE, L. E. M. R.; BARBOSA, M. P. Mobilização Social em Empresas, Condomínios e Entidades Públicas Federais para Implantação da Coleta Seletiva no Município de Campina Grande – PB. **Engenharia Ambiental.** v. 7, n. 3, p. 119-133, jul/set. 2010, Espírito Santo do Pinhal. São Paulo.

CIRNE, L.E.M.R.; LEITE, C. M. A; FARIAS, D. S.; CIRNE, M. E. R.; BARBOSA, M. P.; NÓBREGA, R A.; DUARTE, C L**.** Implantação da coleta seletiva em empresas, efeitos da gestão compartilhada na sustentabilidade financeira dos catadores. **Red Iberoamericana en Gestión y aprovechamiento de Residuos**. Cartago, Costa Rica, 2015. Disponível em: <https://prezi.com/ipts7jslxudu/implantacao-da-coleta-seletiva-em-empresas-efeitos-da-gestao-compartilhada-na-sustentabilidade-financeira-dos-catadores-redisa/>. Acesso em 2 ago 2016.

COOPERATIVA DE TRABALHADORE DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – COTRAMARE. Disponível em: <http://cotramare.org/>. Acesso em 15 jul. 2015.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade.** 2 ed., São Paulo: Editora Atlas, 2011. 220 p.

ESTUDO “BENEFÍCIOS ECONÔMICOS DA EXPANSÃO DO SANEAMENTO BRASILEIRO - 2014” - **Instituto Trata Brasil/CEBDS**. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento-no-brasil-bakup>. Acesso em: 8 dez. 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. - 5. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012. 200 p.

GOMES, F. L. C. **Empreendimentos Informais como Fonte de Organização e Renda: A Experiência de uma Cooperativa de Materiais Recicláveis no Estado da Paraíba.** 2013, 109 p. Dissertação – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

LINS, D. Laboratório da UFCG ajuda a reciclar resíduos sólidos e mudar vidas. **Lynaldo - Revista de Pesquisa e Inovação**. UFCG, Campina Grande, nov. 2014, ano I, n. 00, p. 9– 1. Disponível em: <https://outlook.live.com/owa/projection.aspx> . Acesso em 7 ago. 2015.

MACHADO, C. B.; SANTOS, S. E.; SOUZA, T. C. A Sustentabilidade Ambiental em Questão. In: SILVA, C. L. (Org.). **Desenvolvimento Sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo.** Petrópolis: Vozes, 2006. p. 123-134.

MAGALHÃES, B. J. **Liminaridade e Exclusão: Os Catadores de Materiais Recicláveis e suas Realações com a Sociedade Brasileira.** 2012. 131 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p.

MOURA, A. S.; JATOBÁ, J. ; Federalismo ambiental no Brasil. In: MOURA, A. S. de. (Org). **Políticas Públicas e Meio Ambiente: da economia política às ações setoriais.** Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, Recife, 2012, p. 45-105.

NASCIMENTO, E. P. (org.). **Dilemas e Desafios do Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 144 p.

NÓBREGA, C.C. **Viabilidade Econômica, com Valoração Ambiental e Social, de Sistemas de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Domiciliares – Estudo de Caso: João Pessoa/PB.** 2003. 176p. Tese (Doutorado Temático em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental> Acesso em: 12 dez. 2015.

_____. A ONU E O MEIO AMBIENTE (ONU). Disponível em: <http://nacoesunidas.org/acao/meioambiente> Acesso em: 25 out. 2015.

_____. CONFERÊNCIA NACIONAL DAS PARTES (COP 21). Disponivel em: <http://nacoesunidas.org/acordo-global-sobre-mudanca-do-clima-e-adotado-em-paris/>. Acesso em: 12 dez. 2015.

PEÇANHA, M. P. et al. Saúde e Meio Ambiente. In: ROSA, A. H.; FRACETO, L. F.; CARLOS-MOSCHINI, V. (Org). **Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2012. p. 155-176.

PEREIRA, A. C.; SILVA, G. Z.; CARBONARI, M. E. E. **Sustentabilidade, Responsabilidade Social e Meio Ambiente.** São Paulo: Saraiva, 2011. 216 p.

PERSPECTIVAS DO MEIO AMBIENTE MUNDIAL 2002 – GEO 3. Passado Presente e Futuro. 2004. Publicado pelo IBAMA e UMA. Disponível em: <http://www.wwiuma.org.br/geo_mundial_arquivos/capitulo1.pdf >. Acesso em: out. 2015.

PIGA, T. R.; MANSANO, S. R. V. Sustentabilidade Ambiental: Uma Análise Crítica. **Revista Perspectivas Contemporâneas**. v. 10, n. 2, p. 174-195, mai./ago. 2015. Disponível em: <http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/1856/734>. Acesso em: 2 mai. 2016.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA) Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/pnuma>/. Acesso em 15 out. 2015.

RATTNER, H**.** Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: o mundo na encruzilhada da História. **Revista Espaço Acadêmico,** ano 2, n. 14, jul. 2002. p. 3. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/014/14crattner.htm>. Acesso em: 1 mar. 2016.

Relatório "Os Limites do Crescimento" elaborado pelo Clube de Roma. Disponível em: <www.clubofrome.org>. Acesso em: 20 dez. 2015.

RIBEIRO, D. P.; MENDES, M. T. K. G. L. S.; MATOS, D. V. O. Impacto Ambiental e Social: O Catador como Ator histórico da Gestão dos Resíduos – Estudo de Caso. **SANARE - Revista de Políticas Públicas**, Sobral, v.11, n.2, p. 52-57, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/viewFile/276/247>. Acesso em 15 dez. 2015.

RIBEIRO, G. A.; MENDES, J.; SALANEK FILHO, P. A Questão Espacial do Desenvolvimento Sustentável: Características e Delimitações. In: SILVA, C. L. (Org.). **Desenvolvimento Sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo.** Petrópolis: Vozes, 2006. p. 49-63.

SACHS, I. **Desenvolvimento Includente, Sustentável, Sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 152 p.

SANTAELLA S. T.. et al. **Resíduos Sólidos e a Atual Política Ambiental Brasileira.**, Fortaleza: UFC/LABOMAR/NAVE. Coleção Habitat, v. 7, 2014. 232 p.
SEIFERT, M. E. B. **Gestão Ambiental: Instrumentos, esferas de ação e educação ambiental.** 3. ed., São Paulo: Atlas, 2014. 312 p.

SANTOS, J. G. S.; FERREIRA C. E. V.; RAMALHO, A. M. C.; MACEDO, N. M. M. N. A Importância das Cooperativas de Reciclagem na Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos: Um Estudo em uma Cooperativa de Campina Grande – PB. **XIV SemeAD**. 17 p. 13 e 14 out. 2011, EAD/FEA USP. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/14semead/resultado/trabalhosPDF/1118.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2016.

SEIFERT, M. E. B. **Gestão Ambiental: Instrumentos, esferas de ação e educação ambiental.** 3. ed. Editora Atlas, São Paulo, 2014. 312 p.

SILVA, A. C. **Análise da Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos em Capitais do Nordeste Brasileiro: O Caso de Aracaju/SE e João Pessoa/PB.** 2014, 156 p. Dissertação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.

SOUSA, A. C. A, A Evolução da Política Ambiental no Brasil do Século XX. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, n. 26, 7 p., nov/dez/2005, Rio de Janeiro (hospedado por http://braslink.com/). Disponível em <http://www.achegas.net/numero/vinteeseis/ana_sousa_26.htm>. Acesso em: 30 dez. 2015.

TENERELLI, A.; SILVA, D. G. F.; PAIVA, E. C. C. A Educação e sua Contribuição na Garantia da Sustentabilidade no Processo de Desenvolvimento. In: SILVA, C. L. (Org.). **Desenvolvimento Sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo.** Petrópolis: Vozes, 2006. p. 103-121.

TRIGUEIRO, André. Meio Ambiente na Idade Média. In. TRIGUEIRO, A. (Coord.). **Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam de questão ambiental nas suas áreas de conhecimento.** Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 75-90.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – Relatórios PROBEX referentes aos anos de 2006 a 2015- Projeto de Extensão “Coleta e Caracterização dos Resíduos Sólidos Gerados na UFCG – *Campus* I: Sensibilização da Comunidade Acadêmica da Problemática Socioambiental”.

VIEIRA, P. F.; HOGAN, D. J.(orgs); **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável.** 2 ed., Campinas: UNICAMP, 1995. 234 p.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. A evolução das políticas públicas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D. J. ; VIEIRA, P. F. (Orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável.** 2 ed., Editora da UNICAMP, Campinas, 1995, p. 73-102.

APÊNDICE – Roteiro da Entrevista

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – MPPGAV/CE/UFPB

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Caracterização dos sujeitos:
Idade:
Sexo: Feminino ( ) Masculino ( )
Naturalidade:
Estado Civil**:** solteiro ( ) casado ( ) viúvo ( )
Número de filhos: ( )
Condição de moradia: casa própria ( ) alugada ( ) outra ( ) Especificar
Nível de Escolaridade: Fundamental: Completo ( ) Incompleto ( )
Médio : Completo ( ) Incompleto ( )
- Se estudou e parou, por que não continuou a estudar?
- Tem vontade de continuar os estudos? Sim ( ) Não ( )
- Qual a importância do estudo na sua vida?

Sobre o Programa
- O(a) senhor(a) tinha conhecimento sobre este Programa de Coleta Seletiva na UFCG? Sabe quando ele começou?
- O que o(a) senhor(a) acha do Programa?
- O(a) senhor(a) sabe quais as ações desenvolvidas por este Programa?
- De que forma essas ações vêm contribuindo para a melhoria do seu trabalho na COTRAMARE e sobre suas condições de vida?
- O(a) senhor(a) está satisfeito com a forma como o Programa vem sendo executado?
- O(a) senhor(a) tem alguma sugestão que possa tornar o Programa melhor? O que daria como sugestão?
- Qual a contribuição da COTRAMARE para a melhoria/aperfeiçoamento desse Programa da UFCG?
- Para o(a) senhor(a), de que forma este Programa ajuda na melhoria do meio ambiente?

Trajetória Ocupacional
- Antes de trabalhar na Cooperativa o(a) senhor(a) trabalhava em que? O que fazia?
- O(a) senhor(a) gostava do que fazia? Sim ( ) Não ( )
  Se sim: Por que saiu?
  Se não: O que lhe desagradava no trabalho?

O trabalho na Cooperativa

- E aqui na Cooperativa o(a) senhor(a) trabalha há quanto tempo?
- A que horas começa o trabalho?

- O(a) senhor(a) poderia falar como é o seu dia de trabalho na Cooperativa?

- O(a) senhor(a) faz todo tipo de trabalho?

- Existe alguma tarefa que seja feita só pelos homens? Ou só pelas mulheres?
- Do trabalho que o(a) senhor(a) faz, de qual você mais gosta?
  E o que menos gosta?
-Tem alguma coisa que lhe desagrada?
  Se sim: O que?
- Comparando seu trabalho de hoje com o que fazia antes, qual o(a) senhor(a) prefere?
  Por que?
- O(a) senhor(a) acha importante este trabalho que o(a) senhor(a) faz?
  Por que?
- Em sua opinião, como o trabalho que o(a) senhor(a) faz na Cooperativa tem ajudado ao meio ambiente?
- O(a) senhor(a) acha que o que recebe nesse trabalho de coleta dá bem para atender suas necessidades e as de sua família?
- O(a) senhor(a) recebe a ajuda de algum benefício social ?
  Se sim, qual?

O Significado da Cooperativa para os cooperados

- Depois que começou a trabalhar na Cooperativa acha que houve alguma mudança na sua vida?
  Se sim, qual?
  Se não, por que acha que nada mudou?
- E em relação as condições de trabalho, o trabalhar na Cooperativa trouxe alguma melhoria?
  Se sim, quais?
  Se não, por que acha que não houve melhora?

Tempo de não trabalho

- Quando não está trabalhando, como costuma ocupar seu tempo?
- O que o(a) senhor(a) gosta de fazer?
- Em seu antigo trabalho, o(a) senhor(a) tinha tempo também de lazer?

Condições de Trabalho

- Sobre o espaço físico
  É agradável trabalhar aqui?
  Faz calor?
  Acha que tem bom espaço para fazer as atividades?
  E as refeições, onde são feitas?